

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

SILVELENA ALVES DE ARAÚJO OLIVEIRA

MULHERES, CONQUISTANDO ESPAÇOS
DENTRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE) – *CAMPUS* IGUATU

São Leopoldo

2014

SILVELENA ALVES DE ARAÚJO OLIVEIRA

MULHERES, CONQUISTANDO ESPAÇOS
DENTRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE) – *CAMPUS* IGUATU

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Orientadora: Laura Franch Schmidt Silva

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48m Oliveira, Silvelena Alves de Araújo
Mulheres, conquistando espaços dentro do Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)-Campus Iguatu /
Silvelena Alves de Araújo Oliveira ; orientadora Laura Franch
Schmidt Silva. – São Leopoldo : EST/PPG, 2014.
110 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-
Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Mulheres – Condições sociais. 2. Mulheres – Emprego. 3.
Programa Mulheres Mil. I. Silva, Laura Franch Schmidt. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

SILVELENA ALVES DE ARAÚJO OLIVEIRA

MULHERES, CONQUISTANDO ESPAÇOS
DENTRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE) – *CAMPUS* IGUATU

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Data: 30 de Novembro de 2014

Profa. Dra. Laura Franch Schmidt Silva – Doutora em Teologia – EST

Profa. Dra. Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – EST

DEDICATÓRIA

A Deus, pelo dom da vida, pela sabedoria e luz nos momentos difíceis;

Ao Franciônio, meu esposo, amigo, companheiro de todos os momentos, pelo incentivo que tem me proporcionado tanto no crescimento pessoal como profissional;

As maiores presentes da minha vida, os meus dois filhos: Kirna e Rapheu, sendo eles a maior razão pelo qual me dedico tanto a estudar;

Aos meus pais, Alveni Alves e Naíde Alves, em particular minha mãe, mulher guerreira, forte, pela oportunidade que me proporcionou a estudar.

AGRADECIMENTOS

Deus é meu pastor, e nada me faltará.

Graças e louvores elevo aos céus e bendigo ao senhor pela realização deste sonho.

Obrigada, senhor! Muito obrigada!

Agradeço à minha professora orientadora Dr^a Laura Franch Schmidt Silva que, com sua sensibilidade de ser mulher, fez-me ver a importância de buscar sempre o conhecimento, despertando em mim a busca e o gosto pela pesquisa;

À equipe de Coordenadores e professores do Programa de Mestrado Profissional em Teologia da Faculdades EST, nas pessoas da Prof^a. Dr^a Gisela Streck, Prof^a. Dr^a. Laude Brandengurg, Prof^a. Dr^a. Karim Kepler, Prof. Dr. Remí Klein, Prof. Dr. Dezir Garcia, Prof. Dr. Caetano Zanella, Prof. Dr. Rudolf Sinner, Prof. Dr. Valério Schaper, Prof. Dr. Wilhelm Wachholz, por tão gentilmente nos acolher com imenso carinho e dedicação profissional;

Aos colegas do Programa de Mestrado Profissional na linha de pesquisa em Educação Comunitária com Infância e Juventude, turma 2013.1, pela convivência, novas amizades e experiências trocadas e em especial as colegas do Ceará: Armênia Chaves, Gorete Pereira, Jarbianne Sucupira, Maisa, Wagnólia, que estiveram ao meu lado, meu sincero agradecimento pela amizade fraterna e sincera;

Aos meus colegas Willame Felipe e Ana Loneide que abriram os caminhos, pela gentileza e disponibilidade durante o curso;

Ao campus de Iguatu do Instituto Federal do Ceará pelo apoio aos colegas do Setor Pedagógico e, em especial, a minha amiga pedagoga Marcia Leyla de Freitas, a culpada, pois foi ela a maior incentivadora para que eu ingressasse neste mestrado, que não mediu esforços em colaborar comigo, o meu muito obrigada.

“Em que consiste a preeminência do homem sobre a criação animal? [...] na Razão. Que dotes colocam um ser acima do outro? A virtude [...]. Em consequência, a perfeição da nossa natureza e a capacidade de ser feliz devem estimar-se pelo grau de razão, virtude e conhecimento que distinguem o indivíduo e dirigem as leis que obrigam a sociedade. E resulta igualmente inegável que do exercício da razão manam naturalmente o conhecimento e a virtude, se considerarmos o género humano no seu conjunto”

Mary Wollstonecraft

RESUMO

Neste estudo, o objetivo é avaliar o programa Mulheres Mil enquanto Política Pública desenvolvida no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) Campus Iguatu. O Programa Mulheres Mil trás enquanto proposta não somente a qualificação profissional, mas o reconhecimento da importância dessas mulheres em suas famílias e comunidades. Questiona-se, portanto se esse objetivo é de fato conquistado, especificamente no curso de Panificação promovido pelo IFCE - *campus* Iguatu. Quais mudanças significativas puderam ser percebidas na vida dessas mulheres após o término do curso? Quais alterações se deram como melhoria de renda ou inserção no mercado de trabalho? Houve uma busca de autonomia ou melhoria de autoestima e bem estar devido à profissionalização? A resposta a esses questionamentos surge a partir da percepção do Programa de participantes do Curso de Panificação, ou seja, 50 moradoras do Bairro João Paulo II, cujo perfil pode ser delimitado como mulheres com baixa escolaridade, responsabilidade pela gestão do lar, inclusive, financeira, a maioria inseridas em programas sociais, como o Bolsa Família e que trazem, ainda, em meio a essa realidade, o desejo de aproveitar as oportunidades que surgem. Em relação às mudanças que o programa trouxe para as suas vidas, todas consideram que o impacto foi positivo, principalmente, despertando nelas o desejo de aprender mais e fazer novos cursos. Em relação às egressas, ainda não se teve resultados positivos em relação à inserção no mercado formal de trabalho, a maioria procurou se integrar a novos cursos, e uma delas resolver abrir o próprio negócio. Elas reclamam, em relação ao curso, de uma maior intensificação de aulas práticas, mas, mostram-se satisfeitas com os resultados e reforçam a importância do curso, sob vários aspectos, aprendizagem, reflexão sobre si mesma, a vida, a comunidade, enfim, pode-se sintetizar que os resultados do programa têm gerado o impacto esperado, não eliminando, no entanto, a possibilidade de aprimoramento que sempre existe.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil. Impactos. Aprendizagem.

ABSTRACT

The goal of this study is to evaluate the Mulheres Mil (Thousand Women) program as a Public Policy developed within the Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) [Federal Institute of Education, Science and Technology] on the Iguatu Campus. The Mulheres Mil Program brings not only professional qualification as a proposal but also the recognition of the importance of these women in their families and communities. The question therefore is whether this goal is in fact accomplished, specifically in the Bread Making course promoted by the IFCE – Iguatu campus. What significant changes could be perceived in the life of these women after the end of the course? What changes happened related to improvement of income or insertion in the work market? Was there a quest for autonomy or improvement of self-esteem and well being due to the professionalization? The answers to these questions arise from the observation of the participants of the Program of the Bread Making Course, that is, 50 women dwellers of the João Paulo II neighborhood, whose profile can be delimited as women of little schooling, responsibility for managing the home, including the financial management, most of them included in social programs such as the Family Grant and who still bring, even in the midst of this reality, the desire to take advantage of the opportunities which arise. With regard to the changes which the program brought into their lives, all of them consider the impact to be positive, mainly, because it awakened in them the desire to learn more and do new courses. With regard to those who finished the course, there still have not been positive results with regard to insertion in the formal work market. Most of them sought to enroll in new courses and one of them opened up her own business. They complained, with regard to the course, that there should be an intensification of the practical classes, but seemed to be satisfied with the results and reiterate the importance of the course in various aspects: learning, reflection about themselves, about life and the community. Finally, one can summarize that the results of the program have generated the expected impact, not eliminating, however, the possibility of improvement which always exists.

Keywords: Mulheres Mil Program. Impacts. Learning.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC	<i>Colleges</i> Comunitários do Canadá
CID	Centro de Inclusão Digital
COAGRI	Coordenação Nacional do Ensino Agrícola
EST	Escola Superior de Teologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEMTEC	Secretaria do Ensino Médio e Tecnológico
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESG	Secretaria de Ensino de 1 ^o e 2 ^o graus
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
STF	Superior Tribunal Federal
VG	Violência de Gênero

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Naturalidade.....	69
Gráfico 2 – Estado Civil.....	70
Gráfico 3 – Ocupação.....	71
Gráfico 4 – Nível de Alfabetização	72
Gráfico 5 – Distribuição quanto a trabalho, programas sociais e número de filhos..	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação das Egressas	75
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 TRAJETÓRIAS DE LUTAS DAS MULHERES PELA EMANCIPAÇÃO	27
1.1 A condição da mulher no decorrer na história.....	27
1.1.1 A religião norteando as ações da mulher.....	27
1.1.2 A sociedade patriarcal determinando as funções femininas	29
1.1.3 A submissão da mulher perpetuada na história	31
1.2 O movimento pela emancipação da mulher	34
1.2.1 Conceito de gênero /relações de gênero	34
1.2.2 O feminino versus o masculino em uma sociedade patriarcal	35
1.2.3 Movimentos e ações feministas	37
1.3 As mulheres e a legislação	40
1.3.1 Legislação para a Mulher até a 1ª Constituição Republicana	40
1.3.2 Legislação brasileira a partir de 1922 – busca pela cidadania.....	40
1.3.3 Constituição de 1988 e os direitos alcançados.....	42
2 AUTONOMIA DAS MULHERES A PARTIR DO TRABALHO	45
2.1 Mulheres e o trabalho	45
2.2 Educação profissional	50
2.2.1 A Educação Profissional e o IFCE -IGUATU	55
2.3 Inclusão social: mulheres e funções na sociedade do Século XX.....	59
3 PROGRAMAS MULHERES MIL: PROVEDOR DE INCLUSÃO SOCIAL	63
3.1 Políticas Públicas para as mulheres	63
3.2 O Programa Mulheres Mil	65
3.3 Programas Mulheres Mil: Experiência do IFCE – Iguatu.....	67
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO I.....	89
ANEXO II.....	91
ANEXO III.....	93
ANEXO IV	99
ANEXO V	101
ANEXO VI	103
ANEXO VII	105
ANEXO VIII	107
ANEXO IX	109

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional para o desenvolvimento do Brasil inclui políticas que promovam uma igualdade entre as regiões brasileiras, nesse intuito e para que haja uma melhor distribuição de renda deve-se primar pelo acesso a serviços públicos de qualidade a toda a população respeitando os arranjos regionais de um país continental e de profundas desigualdades como o nosso.

Unido a esse projeto está à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que pela primeira vez trabalha com diversos recortes de exclusão: mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho, espera-se que uma maior distribuição possa ocasionar um maior acesso à educação por setores marginalizados promovendo assim uma efetiva construção de cidadania através de um novo modelo de educação profissional.

O desafio em questão é ter a capacidade de sair de dentro dos seus muros e ir ao encontro da necessidade, da demanda, do que a sociedade está precisando enquanto presença do poder público como agente de formação, de resgate da cidadania e superação das desigualdades sociais, é lançar um novo olhar sobre a educação profissionalizante atrelando as ações afirmativas, buscando assim de algum modo a promoção de justiça social. Esse novo rearranjo criado a partir da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui as diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia reestruturaram os Institutos Profissionais e desqualificou a educação profissional antes voltada apenas a demandas e interesses do mercado do trabalho, criando uma nova lógica que prima por princípios de equidade na educação no intuito de promover uma educação inclusiva.

Na cidade de Iguatu o projeto delimitou enquanto área de atuação a comunidade do João Paulo II, o bairro possui atualmente uma população de 12.200 moradores, destes a grande maioria tem como renda única auxílios sociais do governo, as moradias são em sua maioria própria e possuem em média de três ou quatro cômodos, o bairro ainda possui rede pública de saneamento básico. A baixa renda compromete a qualidade de vida da população e é causada em grande parte pela baixa escolaridade e empregabilidade da população local.

A primeira turma formada pelo programa se constitui de 100 mulheres todas advindas da comunidade do João Paulo II, o ingresso das mesmas se deu por meio de um edital de seleção para dois cursos: Panificação e Confeitaria e Corte e Costura ambos os cursos apresentam uma matriz curricular que versa entre teoria e prática além de considerar as habilidades anteriores e experiências de vida trazidas pelas mulheres. A elevação da escolaridade é meta importante do programa por se acreditar que por meio desta ocorrerá uma maior emancipação e inclusão social das mulheres.

Como Técnica em Assuntos Educacionais, atuando como coordenadora pedagógica do programa do Instituto Federal do Ceará – *campus* Iguatu, onde acompanho trabalhos de orientação pedagógica e assistência a essas mulheres, como é caso do campo de estudo desta pesquisa, provocaram-me algumas inquietações para as quais busco constantemente reposta. Foi a partir daí que nasceu o desejo de desenvolver o presente trabalho.

Perante esse panorama o presente trabalho se justifica pela necessidade de avaliar se os objetivos propostos pelo Programa Mulheres Mil e pelo próprio rearranjo da Educação Profissional no Brasil têm conseguido atingir seu objetivo de profissionalizar e incluir socialmente as mulheres.

Diante da formação iminente da primeira turma do curso de Panificação mostra-se a possibilidade de verificar os desdobramentos práticos do curso para entendermos se de fato ele está contribuindo para a diminuição de desigualdades sociais marcantes, por meio de uma inserção dessas mulheres no mercado de trabalho ou de um aumento no nível de escolaridade das mesmas, ou até mesmo se o curso proporcionou uma formação cidadã eficaz que garantiu de alguma forma a essas mulheres a tomada de consciência e busca de seus direitos.

A conquista da emancipação feminina no Brasil se deu por meio de muitas lutas sociais e apesar dos grandes avanços já identificados ainda há uma grande desigualdade social marcante em algumas regiões mais pobres, em especial no Norte e Nordeste do país. Nos últimos anos têm sido investidas políticas que de algum modo buscam a retomada da mulher ao campo social por meio do trabalho. O Programa Mulheres Mil traz enquanto proposta não somente a qualificação profissional, mas o reconhecimento da importância dessas mulheres em suas famílias e comunidades. Questiona-se, portanto se esse objetivo é de fato

conquistado, especificamente no curso de Panificação promovido pelo IFCE - *campus* Iguatu. Quais mudanças significativas puderam ser percebidas na vida dessas mulheres após o término do curso? Quais alterações se deram como melhoria de renda ou inserção no mercado de trabalho? Houve uma busca de autonomia ou melhoria de autoestima e bem estar devido à profissionalização?

Ou seja, a proposta inicial do curso foi alcançada? Os objetivos traçados foram de fato atingidos? E de que maneira?

Ao delinear como tema da pesquisa um programa voltado para mulheres e sua emancipação, antes de tudo é preciso definir claramente um panorama do papel da mulher nas sociedades, de como esse setor social esteve sempre marginalizado e estigmatizado e as mudanças pelas quais vem passando nas últimas décadas.

Del Priori¹, em seu livro *A mulher na História do Brasil* além de revelar o enfoque reduzido sobre a mulher na historiografia no geral, mostra um quadro de idealismo no nosso país que vem desde a época colonial de uma mulher estereotipada, submissa social e reclusa.

A mulher até o final dos anos 60 identificava-se unicamente com a maternidade e a esfera privada do lar, tal pensamento estava incrustado no imaginário social, devido em muito ao pensamento da medicina do século XIX, tal ideia de modo algum impediu que as mulheres mais pobres já constituíssem boa parte da força de trabalho no Brasil, porém, sempre sobre condições inferiores às dos homens.²

As mudanças ocorridas desde a época colonial até meados do século XIX possibilitaram os movimentos emancipatórios surgidos no final da década de 60. A redefinição do lugar da mulher na sociedade foi impulsionada pela modernização socioeconômica e pelo movimento feminista emergente que proporcionou de fato mudanças culturais e mentais. A compreensão de tais conceitos é importante para destituirmos a falsa ilusão de imobilidade social das mulheres.

¹ DEL PRIORE, Mary. *A Mulher na História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

² RAGO, Margareth. Ser Mulher no Século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAM, Mariso; OLIVEIRA Suely de. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 31.

As políticas públicas para esse setor da sociedade tomam consistência diante dos movimentos sociais efervescentes, o feminismo especialmente que se embrenha na política aproveitando-se da redemocratização do Brasil no final da década de 80 subsidiados por um movimento de âmbito mundial, sobretudo do Sistema das Nações Unidas que colaboraram muito para dar visibilidade e sistematizar as demandas do movimento de mulheres.

A Convenção³ sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, e o documento elaborado na III Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi, em 1985, Estratégias para o Ano 2000, desencadeou no ano de 2004 no documento denominado O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no Brasil dentre outros documentos, decretos e leis e ementas que servirão a este trabalho para análise documental e compreensão dos movimentos advindos do estado que promoveu em certo sentido a participação social efetiva das mulheres.

Nesse cenário nascem as políticas de Educação inclusiva no Brasil já referenciadas no Plano Nacional de Política para mulheres de 2004, tais ações tratam da promoção de políticas de educação para igualdade de gênero visando melhorar e ampliar o atendimento educacional, estando aqui incluso a valorização profissional. O Programa Mulheres Mil se alinha a tal proposta na tentativa de incluir as mulheres em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional visando não só uma melhoria da escolaridade, mas também uma formação profissional que lhes favoreça uma inclusão social.

É importante ressaltar o papel que os Institutos Federais de Educação assumem nesse processo, cabe à mesma instituição a execução do programa para que seja viabilizado com sucesso o ingresso e a permanência com êxito das mulheres. Tendo isso em vista, nesse trabalho também avaliaremos o desenvolvimento dos IFs nas Políticas Educacionais brasileiras, como essas instituições passam a funcionar no intuito de incluir socialmente populações marginalizadas historicamente de acordo com necessidades territoriais específicas.

³ DECRETO nº. 4.316, de 30 de julho de 2002, aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/servlets/>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

A pesquisa é de base qualitativa, ou seja, busca-se apreender a realidade segundo a perspectiva dos envolvidos no evento, captando assim as subjetividades postas, nesse sentido o pesquisador é parte integrante de todo o processo.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.⁴

Inicialmente uma pesquisa bibliográfica será realizada. “A Pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. Sua finalidade é colocar os pesquisadores em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.”⁵ Esse tipo de pesquisa fornece elementos para que haja uma contextualização da temática além de fornecer consistência à pesquisa.

O estudo ocorrerá no IFCE - *campus* Iguatu e terá como amostra 50 mulheres da primeira turma do curso de Panificação. As participantes ficarão cientes dos procedimentos da pesquisa por meio de um termo de consentimento esclarecido, seguindo as normas do Conselho de Ética da Escola Superior de Teologia – EST que define o estudo com seres humanos.

A coleta de dados se dará por meio de uma entrevista semiestruturada, a mesma versará sobre aspectos referentes às mudanças ocorridas desde o início ao término do curso, como uma possível entrada no mercado de trabalho ou elevação da escolaridade, além de contemplar assuntos como concepções sobre ser mulher e seu senso de bem estar diante da formação no curso. Tal modelo de entrevista mostra-se mais flexível permitindo ao pesquisador aprofundar-se nas crenças e saberes do entrevistado, favorecendo uma compreensão mais apurada da realidade social analisada.⁶

⁴ MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 21-22.

⁵ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 27.

⁶ LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: ArtMed; Belo Horizonte, UFMG, 1999.

As entrevistas serão avaliadas por meio da análise de conteúdo temático.⁷ O método é empregado no intuito de decompor os discursos a fim de categorizá-los e perceber significados para posterior interpretação, ou seja, a finalidade é descrever de maneira objetiva e sistemática o conteúdo da comunicação.

Para publicação e divulgação serão preestabelecidos nomes fictícios para garantir o anonimato da clientela estudada. Os resultados obtidos nessa pesquisa serão corroborados com os discursos fundamentados na literatura pertinente e a partir daí serão discutidos e apresentados.

⁷ BARDIN, L. *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

1 TRAJETÓRIAS DE LUTAS DAS MULHERES PELA EMANCIPAÇÃO

A mulher de hoje é herdeira de toda uma história de lutas pela garantia de sua participação efetiva na sociedade e isso acaba exigindo uma carga de comprometimento e responsabilidade bem maior, pois não se pode apenas lutar por conquistas, mas, sobretudo, garantir que as mesmas se mantenham e que os avanços aconteçam, sempre. Em virtude disso, nesse capítulo o objetivo é compreender a trajetória histórica da mulher no que diz respeito à luta pela sua emancipação e as conquistas legais nesse processo.

1.1 A condição da mulher no decorrer na história

1.1.1 A religião norteando as ações da mulher

As distinções de gênero direcionadas às relações de poder, podem ter seu início citado desde os tempos bíblicos. Fica clara essa assertiva, quando se observa o pensamento difundido pelo cristianismo, que aos olhos de seus devotos, homem e mulher no plano de Deus, são inseridos em uma relação restrita meramente a uma cadeia de comando, na qual cabe ao homem articular e comandar, e, à mulher submeter-se, como se o feminino sempre tivesse que ser submisso ao masculino.⁸

A religião costuma exercer entre aqueles que a seguem e professam sua fé, uma influência marcante no comportamento. O Irã é um exemplo claro, cujo regime é caracterizado pela ditadura religiosa e que traz às mulheres, várias restrições, como não usar batom, não viajar sem a presença de uma figura masculina, marido ou pai, só entrar em um carro se for do seu marido e tantas outras.⁹

Mas, apesar de características que ainda sobrevivem em religiões muçulmanas, as religiões, de uma forma geral, em suas diferentes crenças e espaços geográficos, tendem a colocar a mulher em situação de submissão, como por exemplo, as questões relativas à moral judaico-cristã, com base ainda nos mitos babilônicos, quando se analisa que a Bíblia está carregada de conceitos e "pré-

⁸ GIMENEZ, Kerlin Cristina Tremarin. *As relações de gênero e a feminização da epidemia de Aids*. Monografia (Especialização) Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo. São Paulo, 2011.

⁹ BELLO, José Luiz de Paiva. O poder da religião na educação da mulher. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/mulher02.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

conceitos" sobre as mulheres e, sobre isso, têm-se alguns exemplos, bem presentes no Antigo Testamento¹⁰, como se vê abaixo:

(Deus) "De novo perguntou ele: 'Quem te deu a conhecer que estavas nu? Comeste acaso da árvore da qual te ordenara que não comesses?' Respondeu o homem: 'A mulher que me deste por companheira foi quem me deu da árvore, e eu comi'.

E a mulher Ele disse: 'Tornarei penosa a tua gravidez, e entre penas darás à luz teus filhos. Contudo sentir-te-ás atraída para teu marido, mas este te dominará.'

E ao homem Ele disse: 'Porque escutaste a voz de tua mulher, e comeste o fruto da árvore da qual te ordenara: 'Não podes dela comer': Maldita seja a terra por tua causa!¹¹

Mas, também, no Novo Testamento, passagens em que se tornam marcadas a condição da mulher como ser submisso, fazem-se presentes:

O homem não deve cobrir a cabeça: porque ele é a imagem e o reflexo de Deus; a mulher, no entanto, é o reflexo do homem. Porque o homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem. Nem o homem foi criado para a mulher, mas a mulher para o homem. Por isso a mulher deve usar na cabeça o sinal de sua dependência, por causa dos anjos. (I CORÍNTIOS 11.7-10).

Como em todas as Igrejas dos santos, fiquem as mulheres caladas nas assembleias, porque não é permitido que tomem a palavra. Mas fiquem submissas como ordena a lei. E quando quiserem se instruir sobre alguma questão, perguntem a seus maridos em casa. É inconveniente para a mulher falar na assembleia. (I CORÍNTIOS 14.34-35).

Os esposos, Santidade do lar. As mulheres sejam submissas aos seus maridos, como ao Senhor, porque o marido é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja, ele, o salvador do Corpo. Como a Igreja está sujeita a Cristo, assim as mulheres estejam sujeitas em tudo a seus maridos. (Efésios 5.22-24).

O discurso oficial da Igreja Católica pode ser considerado fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao gênero e de que “a par de um discurso histórico factual, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica de suporte deste processo”¹².

Observando o conceito de gênero dentro de um contexto histórico, a Igreja Católica configura-se como “um dos freios mais poderosos até a década de 1960,

¹⁰ BELLO, 2011.

¹¹ As citações bíblicas deste trabalho seguirão a versão: *A Bíblia Sagrada*. Português. São Paulo: Loyola, 1989.

¹² TOLDY, Teresa Martinho. As Mulheres na Igreja Católica - Luzes e sombras ao longo da história. *Revista Theologica*, II série, Vol. XXXII, Fasc. 2, Braga, p. 227, 1997.

para que a Educação sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro deixando em plano secundário, até então, a categoria gênero”. Isso ocorre

[...] em primeiro lugar, por sua posição [da Igreja Católica] claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo lugar, pela posição de destaque que ocupou na educação nacional, através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino.¹³

1.1.2 A sociedade patriarcal determinando as funções femininas

A situação da mulher, no que concerne à relação de gênero foi, também, na Antiguidade, marcada por uma realidade na qual se buscava anular seu papel no que se refere à participação efetiva, legal e atuante na sociedade, colocando-a numa situação de inferioridade.

Trata-se de uma situação de subordinação legitimada por aqueles considerados berços da cultura jurídica ocidental, que são os direitos romanos e gregos.

Pode-se colocar como demonstração emblemática, a condição da mulher na Grécia Antiga, mais particularmente, em Atenas, cidade grega de onde se pode extrair o exemplo dessa inferioridade e subordinação da condição feminina.

Atenas, em sua organização social, era uma sociedade patriarcal. Naquela sociedade, a mulher era privada de direitos políticos e jurídicos, e viviam sob absoluta submissão social. As mulheres casadas viviam dentro de casa, porque em Atenas, quem tinha vida externa, como eles costumavam dizer, era o homem, à mulher caberia, no máximo, a função de organizadora das funções domésticas. Assim, as mulheres atenienses da Grécia Antiga viviam submetidas a um regime de reclusão.

Existe, em relação à Grécia antiga, uma visão bem clara da mulher como um ser numa posição inferior. A explicação do papel da mulher no contexto familiar vinha da alegativa que faltava a esta, plenitude da parte racional da alma.¹⁴ Sófocles, outro filósofo grego, defendia ser o silêncio, graça natural da mulher e, tudo isso configurada no pensamento de uma sociedade berço da democracia.

¹³ ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, v.17, n. 53, maio. 1985. p. 12.

¹⁴ SCHALCHER, Maria da Graça Ferreira. Considerações sobre o Tema da Mulher no Pensamento de Aristóteles. In: *Phoînix*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

Tal passagem da *Política* recoloca em questão a fraqueza da mulher, não apenas na dimensão fisiológica, mas investida de uma conotação ético-metafísica com as relações entre a alma e o corpo, e entre as partes da alma, uma provida e a outra desprovida de razão; a primeira constituindo o elemento hegemônico e a segunda, o elemento subordinado. Ainda que Aristóteles afirme, em coerência com o fato de a mulher pertencer ao gênero humano, que todas as partes da alma estão nela presentes, ele considera essa presença de forma distinta em relação ao homem, pois apesar de a mulher possuir a capacidade de deliberar, falta a ela a capacidade de decidir.¹⁵

Tem-se na *Odisséia*, de Homero, um exemplo emblemático da postura da mulher ateniense, fruto da cultura que lhe era imposta. Pode-se ver isso na análise abaixo:

Penélope, mulher de Ulisses, herói do poema *Odisséia*, viu seu marido ficar longe de casa por vinte anos, período em que ela se porta com dignidade e absoluta fidelidade; mas, por um lado, sua formosura, e, por outro, os bens familiares atraem a cobiça de pretendentes, que julgavam seu marido morto. Ela lhes dizia que só escolheria o futuro marido após tecer uma mortalha, que, a bem da verdade, não fazia questão de terminar: passava o dia tecendo e, à noite às escondidas, desmanchava o trabalho realizado. E enquanto seu marido se mantinha ausente, embora por tanto tempo sem notícia, ela se vestia de longo, tecia longos bordados, ajoelhava-se, pedia e implorava para a deusa Atena que providenciasse o retorno de seu amado.¹⁶

Este é um exemplo bem claro da mulher ateniense do período da Grécia Antiga, que vivia em função do seu marido, anulando-se totalmente.

Em relação ao casamento, este tinha um objetivo fundamental, ou seja, a reprodução. Desta forma cumpria-se a finalidade religiosa, pois os filhos perpetuam a espécie e o culto dos antepassados; e a finalidade cívica, pois através dos filhos, perpetuava-se, também, a comunidade de cidadãos, cidadania essa que a mulher transmitia aos filhos, mesmo não sendo cidadã.

Existiam dois motivos que poderiam causar o fim do casamento: adultério e esterilidade. Mas, tanto os repúdios como o divórcio eram facultados ao homem, dificilmente as mulheres conseguiam, por iniciativa delas, anular um casamento.

Quanto às restrições comuns na vida da mulher casada, apresenta-se que:

Esperava-se das mulheres casadas que elas não se interessassem pelas coisas de fora de suas casas. Poucas ocasiões lhes eram mesmo dadas

¹⁵ SCHALCHER, 1998, p. 338.

¹⁶ Rocha *apud* BEDÊ, Judith Aparecida de Souza. *Leitura da literatura: estratégias em prática*. Maringá: BMF, 2007. p. 06.

para falar com os maridos por muito tempo. Estes, inclusive, não deviam tomar as refeições na companhia de suas esposas e quando se recebia amigos, a esposa não devia comparecer na sala do festim. Seus deveres eram, conforme comentamos, os da dona de casa e só saíam às ruas para fazer compras acompanhadas por uma escrava aia, ou por ocasião das festas da cidade, ou de certos acontecimentos familiares.¹⁷

Vale pontuar, ainda, que do pensamento grego, vem a imagem que foi se materializando ao longo dos séculos, da mulher como ser submisso, de forma que as mulheres de Atenas, que traz essa alegoria negativa, foram se multiplicando pelos continentes.

A culpa dos males existentes no Mundo é das mulheres segundo os Gregos. A característica curiosa e descuidada é das mulheres. Graças aos Gregos a busca por equidade entre os sexos ficou ainda mais difícil. Como confiar em alguém que por curiosidade libertou os piores sentimentos e, de quebra, foi criada como vingança.¹⁸

Esta é uma referência que as autoras fazem, com base na mitologia grega e a história de Zeus e Prometeu, quando este deu aos homens a capacidade de criar o fogo, irritando Zeus que, por sua vez, numa busca de vingança, cria a mulher, Pandora, e a presenteia para o irmão de Prometeu, juntamente com uma caixa, que nunca deveria ser aberta. Pandora abre a caixa e ali, liberta todos os males da humanidade. Como se percebe, é uma forma alegórica de atribuir à mulher, a culpa pelos males do mundo.

1.1.3 A submissão da mulher perpetuada na história

Já no século XIX, numa sociedade embasada pelo espírito positivista, concedia-se privilégios às fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres tinham pouco ou nenhum espaço.

Com a Escola de Annales, inicia-se um movimento no sentido de quebrar os vínculos com essa historiografia, abrindo mão de uma concepção separatista de gêneros, para ter seu foco voltado para a história de seres vivos, reais e as nuances que permeiam o seu cotidiano.

¹⁷ MAFFRE, Jean-Jacques. *A Vida na Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1989.

¹⁸ SOUZA, Daryane Ariel; KAZMIERCZAK, Marília; COUTO, Rafaella. *Mulher e sociedade: Como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade?* Colégio Mãe de Deus – *Revista Eletrônica*, v. 3, set/2012, p. 04. Disponível em: <http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v32012/artigos/A6_Mulher_Sociedade.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

O que motivou o uso do termo *Annales* foi a publicação da revista denominada *Annales d'Histoire e Économique et Sociale*. Entre as atividades desse grupo estava o fato de que fazia críticas ferozes ao positivismo então predominante, defendiam o “nascimento” de uma *História Total*.¹⁹

Em relação ao Brasil, é importante enfatizar que a mulher não viveu uma realidade diferente daquela vivenciada por mulheres de diferentes nações, na antiguidade. No Brasil, desde o colonialismo, época em que os portugueses chegaram ao Brasil e se transformaram em colonizadores das terras brasileiras, a mulher teve uma realidade, por vezes, degradante, pois:

Desde a colonização do Brasil, o papel da mulher brasileira perpassa por funções às vezes exóticas, ora degradantes e até desumanas. Elas foram admiradas, temidas como representantes de Satã e foram reduzidas a objetos de domínio e submissão por receberem um conceito de “não-função, tendo sua real influência na evolução do ser humano, marginalizada e até aniquilada”.²⁰

Durante muito tempo, a mulher foi vista, em sociedades tradicionais, como aquela cuja função seria cuidar do lar e dos filhos, devendo total respeito e obediência ao marido, sem poder fazer questionamentos e, agindo sempre com muita submissão, já que não tinha autoridade nenhuma, inserida em um contexto de concepções oriundas de uma sociedade patriarcal.

Ocorreram muitas mudanças ao longo das décadas em que a mulher havia sido “criada para cuidar do lar e dos filhos” e devia ao marido total respeito e obediência sem questioná-lo, apenas concordando com tudo o que lhe era imposto, pois a mesma não tinha autoridade para nada.

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a ele homens.²¹

Assim, este é um dever que deve ser compartilhado e não considerado como algo exclusivo das mulheres. Esta visão citada no pensamento acima, sobre

¹⁹ LOPES, Eliana Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1989.

²⁰ SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. *Revista da SBPH, Rio de Janeiro*, 2005. p. 71.

²¹ AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 35.

os deveres e obrigações como missões únicas da mulher foi resultado da mentalidade masculina marxista.²²

É verdade que o emprego de nutrir as crianças nos pertence, assim como a eles unicamente pertence o de gerá-los: se este último lhes dá algum direito à estima e respeito públicos, o primeiro nos deve merecer uma porção igual, pois que o concurso imediato de dois sexos é tão essencialmente necessário à propagação da espécie humana, que um será absolutamente inútil sem o outro.²³

Vive-se ainda hoje, em uma sociedade na qual prevalece a hegemonia masculina, embora, debata-se muito sobre uma realidade que vem sendo mudada, o ritmo com que isto vem acontecendo é lento. Esta não é uma realidade nova, as disparidades de gênero remete à longa data:

Durante um longo período, que se estende do Renascimento até os dias atuais (modernidade), existiram homens que, em nome da ciência, proclamaram o slogan do “viva a diferença” e exaltaram o azul e o rosa, símbolos que, muitos mais que simples cores, tatuaram no recém-nascido os primeiros signos representativos dos diferentes papéis sexuais, que lhes caberia na sua existência.²⁴

Desde então, a história não é muito diferente do que vivenciamos ainda hoje, em pleno século XXI, em algumas sociedades, ou seja, o homem trabalhador, guerreiro, provedor, que participava das expedições guerreiras e a mulher frágil, parideira, cuidando da casa e cumprindo sua função, que é dar continuidade à construção dessa história, com o nascimento de novos rebentos.

O machismo como instrumento do patriarcalismo que herdamos de nossos antecessores culturais, tem, pelo menos, seis mil anos de história registrada, e possivelmente muitos milênios a mais. Ainda que os teóricos da arqueo-antropologia não cheguem a um consenso, é praticamente certo que o machismo tenha surgido a partir da época em que o homem reconheceu seu papel no processo da reprodução. Até esse momento, julgava-se, a mulher era capaz de fazer filhos por sua própria conta, sem o concurso do macho e, ainda segundo a maioria dos estudiosos desse tema, os primeiros Deuses eram de sexo feminino.²⁵

²² AUGUSTA, 1989, p. 35.

²³ AUGUSTA, 1989, p. 35.

²⁴ CHAGAS, E. P. *Educação Física: reflexo das concepções dominantes sobre o controle do corpo feminino*. Santa Maria: 1991. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano). Universidade Federal de Santa Maria, 1991. p. 29.

²⁵ VITIELLO, N.; JUNIOR, O.M.R. *As bases anatômicas e funcionais do exercício da sexualidade*. São Paulo: Iglu, 1997. p. 23.

Usado inicialmente, como instrumento preservador do poder masculino, o machismo deu tão certo, como recurso, que até hoje ainda não conseguimos nos livrar adequadamente de suas consequências.

No entanto, a luta pela quebra das disparidades, com as mulheres buscando a conquista da sua autonomia, começaram a se fazer presentes, e, mesmo nos dias atuais, ainda se trata de uma conquista que tem que ser realizada cotidianamente.

1.2 O movimento pela emancipação da mulher

1.2.1 Conceito de gênero /relações de gênero

Silva (1996) destaca que o conceito de gênero é algo relativamente novo, “sendo utilizado, aparentemente, pela primeira vez, em 1955, pelo biólogo John Money, para dar conta dos aspectos sociais do sexo”.

O fundamento que deu suporte ao campo que hoje denominamos “gênero” ou “relações de gênero”, é explicado como relacionado com as

[...] consequências das lutas libertárias dos anos 60, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os blackpanthers, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil. Todos estes movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária e é justamente no bojo destes movimentos ‘libertários’ que vamos identificar um momento chave para o surgimento da problemática de gênero, quando as mulheres que neles participavam perceberam que apesar de militarem em pé de igualdade com os homens tinham nestes movimentos um papel secundário. Raramente elas eram chamadas a assumirem a liderança política: quando se tratava de falar em público ou ser escolhida como representante do grupo elas sempre eram esquecidas e cabia-lhes em geral o papel de secretárias e ajudantes de tarefas consideradas menos nobres como fazer faixas ou panfletar.²⁶

As pesquisas sobre relações de gênero podem, então, ter seu surgimento como parte do movimento feminista e, mais especificamente, sob a influência de feministas acadêmicas, sendo fruto da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, vistas como construções sociais determinadas pelas e nas relações sociais.²⁷

²⁶ GROSSI, Miriam P. *Gênero, Violência e Sofrimento*. Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC. Ilha de Santa Catarina. V. 6, 1-20, 1998. p. 2.

²⁷ CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

1.2.2 O feminino versus o masculino em uma sociedade patriarcal

O movimento feminista que já se tornara forte em outros países, só teve eco no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, e, começara então a intensificação dos debates que tinham como meta a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Porém, esse movimento cresceu nessas décadas, mas, pequenas lutas feministas já se faziam notar no país, tendo como exemplo, a criação de um jornal feito para mulheres e por mulheres, em 1852, considerado o primeiro jornal feminista. Tratava-se do *Jornal das Senhoras*, cuja proposta era promover um espaço para que se compartilhassem ideias visando mostrar que as mulheres eram bem mais que um corpo esculpido por meio da costela de um homem. Em resumo, as mulheres queriam mostrar que eram capazes de ter opinião, usar a razão e elaborar pensamento próprio.²⁸

O movimento feminista, principalmente no momento em que se tornava mais forte, assumia prioridades que iam além da busca por igualdade e do combate à discriminação, na realidade, o foco do movimento era combater radicalmente à noção de gênero, principal marcador das inúmeras desigualdades que a mulher enfrentou ao longo de sua história.

Os anos 60 iniciam um ciclo interessante pois as mulheres pareciam despertar para a necessidade de reivindicação dos seus direitos, de forma mais contundente, já não aceitando passivamente a dominação e o predomínio dos homens sobre as mulheres.

Sobre o que acontecia no início dos anos 60, tem-se o seguinte relato:

O início da década de 1960 mantinha padrões estabelecidos nas décadas passadas. A “boa mulher” era a boa esposa, a boa dona de casa. Havia a submissão ao casamento, a extrema preocupação com a “reputação” – o tabu da virgindade dividia as moças entre as “de família” e as “de fora”. A sensibilidade era a principal característica feminina. Coube a uma mulher - que falava para um grande público feminino - ser a porta-voz de que um novo tempo estava chegando.²⁹

²⁸ SOUZA; KAZMIERCZAK; COUTO, 2012.

²⁹ PALADINO, Patrícia. *Anos 60: a década da virada - Como as mulheres romperam conceitos e mudaram o rumo da nossa história*. São Paulo: SOARTE, 2009. p. 47.

Um dos marcos das décadas de 60 e 70 foi o ingresso da mulher na universidade de forma mais ampliada, pois estava acontecendo a expansão do ensino universitário, levando a mulher a criar novas perspectivas para a sua vida profissional, fenômeno bem diferente do que acontecia às mulheres nas décadas passadas.

O movimento feminista tem no acesso acadêmico, uma grande evolução, quando:

As militantes feministas ocupam os espaços da educação, por meio da publicação de obras e da participação nas universidades, popularizando sua luta. Essas estudiosas, professoras e pesquisadoras, mesclaram militância com saber intelectual, levando para o mundo acadêmico questões políticas.³⁰

Para se ter uma ideia, até o início dos anos 60, a mulher já trabalhava, sim, mas em profissões que funcionavam como uma extensão de sua função na família, geralmente como cuidadoras, como é o caso das professoras daquela época.

Numa reprodução dos relatos da professora antropóloga e socióloga Mirian Goldenberg, expõe-se que:

O feminismo brigou por todo o tipo de liberdade e pela liberdade sexual também. Até então, a questão da virgindade era primordial para o desempenho do papel feminino. A quebra da ideia de virgindade como valor acabou nos anos 60", de acordo com Mirian Goldenberg. Para ela, o questionamento provocado por estes movimentos sociais foram essenciais na ruptura com os antigos modelos estabelecidos. "No Brasil isso chegou muito através do Tropicalismo, um movimento que também pregava a igualdade e a liberdade. Com o movimento hippie vieram a defesa do sexo livre, da experimentação em todos os sentidos. "As pessoas se sentiam livres para pensar sobre liberdade, em seu mais amplo espectro", diz Mirian.³¹

Esta luta por liberdade tem, no ano de 1961, uma grande conquista, que representou um marco na vida das mulheres. Era a invenção da pílula anticoncepcional, nos Estados Unidos, como resultado da pressão das mulheres norte-americanas. Na época, um método revolucionário, a pílula foi inventada pelo Dr. Pincus, e dava continuidade a uma luta que já vinha de outras gerações, como nos anos 50, quando a socióloga Evelyne Sullerot e a Dra. Marie-Andrée Lagroua-

³⁰ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. p. 23.

³¹ PALADINO, 2009, p. 48.

Weill-Hallé criaram o planejamento familiar, incentivando a programação da gravidez e orientando para as práticas contraceptivas, porém, não existia, na época, algo tão efetivo e revolucionário quanto à pílula anticoncepcional.³²

A revolução comportamental surge, no Brasil, no início dos anos 70, com a atriz Leila Diniz, conforme se apresenta abaixo:

Leila, ao afirmar publicamente seus comportamentos e ideias a respeito da liberdade sexual, ao recusar os modelos tradicionais de casamento e de família e ao contestar a lógica da dominação masculina, passou a personificar as radicais transformações da condição feminina (e também masculina) que ocorreram no Brasil no final da década de 60.³³

Em 1971, Leila resolve quebrar todos os tabus, ao aparecer, grávida, de biquíni, em uma praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, foto estampada em inúmeros jornais e revistas da época, causando um grande escândalo, principalmente, nos setores mais conservadores. Não ficando só nisso, Leila Diniz ainda resolve amamentar a filha, diante das câmeras.

1.2.3 Movimentos e ações feministas

O percurso da mulher, principalmente nos últimos 50 anos, tem sido marcado pelas conquistas de espaços no mercado de trabalho, na política e na sociedade como um todo.

Dentre essas conquistas, aparecem também os desafios. A mulher que atravessou o Século XX e termina agora sua primeira década do século XXI, apresenta um perfil diferente que se configura, por exemplo, nos lares brasileiros, quando pesquisas dão indicação que as famílias chefiadas por mulheres têm seu número aumentado.

Tem-se, por exemplo, na matéria abaixo:

O número de famílias chefiadas por mulheres cresceu oito pontos percentuais entre 2001 e 2009 no Brasil, de acordo com comunicado divulgado ontem pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O estudo, feito com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), aponta que passou de 27%, em 2001, para 35%, em 2009, as famílias brasileiras que têm uma mulher apontada como responsável

³² TOURAINE, Alan. *O mundo das mulheres*. Tradução Francisco Moras. Petrópolis: Vozes, 2007.

³³ GOLDENBERG, Mirian. Leila Diniz: uma mulher eternamente à frente de qualquer tempo. *Jornal do Brasil*, Caderno Ideias, 29 nov. 2008.

pelo domicílio. Em termos absolutos, são 21,9 milhões de famílias chefiadas por mulheres.³⁴

A mulher tem conseguido ampliar seus espaços e se sabe que quando isso acontece como resultados de lutas e reivindicações, as exigências aumentam bem mais, principalmente quando se vive em uma sociedade machista e nesta, o crescimento da participação da mulher acaba sofrendo também resistências, descréditos e até indignação de alguns setores que não amadureceram para a necessidade da independência feminina.

São reações até esperadas até mesmo pela sociedade, de uma forma geral, considerando que se tinha uma realidade no qual o atraso era tão absoluto, que pílula anticoncepcional e o aparecimento de grávida expondo a barriga ou amamentando publicamente seu filho foram eventos considerados revolucionários.

Em um perfil dos espaços conquistados pelas mulheres, traz-se a posição feminina na sociedade atual:

As mulheres estão presentes em praticamente todas as profissões, ainda que as diferenças de gênero determinem formas diferenciadas de acesso ao mercado de trabalho. Profissões associadas ao cuidado, como a de professora de crianças ou de enfermeira, continuam sendo redutos femininos. Em carreiras prestigiadas socialmente, como medicina e direito, as conquistas femininas ainda requerem habilidades técnicas excepcionais que as destaque, porque sua presença não é facilmente assimilada. O mesmo acontece com mulheres em cargos de direção. Os caminhos da mudança cultural são lentos, não seguem uma linearidade, há ambiguidades, avanços e retrocessos. Mudanças são aceitas em certas esferas sociais, em outras há resistências, quando não um combate explícito. A violência pode configurar uma forma de reação a conjunturas em que as coisas saem do lugar habitual e não encontram outro lugar onde se situar.³⁵

O que Sarti afirma, principalmente em relação à resistência ainda existente, pode ser confirmada em situações cotidianas, principalmente naquelas em que as mulheres ganham destaque, como por exemplo, sua maior participação no mercado de trabalho e a conquista de direitos, e as reações de quem não se sente muito confortável com isso. Ressalta-se ainda que:

³⁴ DIÁRIO do Nordeste. Mais famílias são chefiadas por mulheres. *Caderno de Negócios*. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 12 nov. 2010.

³⁵ SARTI, Cynthia A. Emancipação e solidariedade. *Em Pauta*. n. 148, São Paulo: SESC, 2009. p. 51.

No entanto, mesmo provocando reações contrárias, como sempre acontece em períodos de mudanças culturais, a emancipação feminina foi instaurada, com êxito, pelo menos, no mundo que chamamos de ocidental. Neste século 21, a mulher emancipada enfrenta as implicações e consequências de sua própria emancipação. Desfruta de sua autonomia, sua sexualidade, suas escolhas e tem a responsabilidade, ela própria, perante seus atos e decisões. Ela não está mais “protegida” pela redoma do mundo familiar tradicional. A autonomia conquistada implica o enfrentamento com o mundo tal como ele é, sem mediações.³⁶

Quebra-se portanto, o mito do “sexo frágil”³⁷ condição supostamente “carinhosa” que era concedida à mulher, mas, que trazia embutida exatamente ranços tradicionais da submissão e domesticação, configurada em anedotas nada sutis do tipo “mulher não foi feita para pensar” e outras similares.

Esta ainda é uma forte marca das desigualdades entre homens e mulheres e apresenta sinais de retrocesso assim como a violência ainda vigente contra a mulher, e, numa análise mais crítica, pode-se afirmar também que as disparidades divulgadas nesta pesquisa, não deixam de ser uma forma de violência.

Acredita-se, porém, que assim como conseguiu vencer outros desafios e ocupar espaços antes inimagináveis, um dia dados como esses não serão mais divulgados, por não serem mais um quadro da realidade brasileira. E é necessário que isso aconteça porque vale frisar que por mais que apresente avanços, a condição da mulher brasileira em relação à garantia de espaços ainda é inferior até mesmo a outros países latino-americanos, porém, é preciso acreditar que um dia se atinja o ideal.

Complementando a ideia que se quis passar até o momento deste estudo, apresenta-se ainda que:

A maior conquista parece ser a de que a mulher saiu do lugar de vítima, ela é dona do destino que traçou para si. Não precisa olhar tanto para si própria, mas, num patamar de igualdade, pode unir-se a homens e mulheres e, nesse novo lugar, ser verdadeiramente solidária, porque é capaz de ir além e olhar o outro.³⁸

³⁶ SARTI, 2009, p. 51.

³⁷ Expressão que surgiu devido à fragilidade física e emocional atribuída à mulher. In: SILVA, Sueli de Fátima da. *Mulheres e política: a atuação feminina nos diversos espaços de poder e decisão no Brasil contemporâneo*. Monografia (Pós-Graduação) Gestão de Políticas Públicas. Universidade Federal de Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete-MG, 2012, p. 16.

³⁸ SARTI, 2009, p. 53.

O que importa de fato numa análise de toda esta evolução pela qual passou a mulher é que não há um desejo de sobrepor-se, mas, de se impor como cidadã com direitos iguais a qualquer outra pessoa, sem está cobrando privilégios, mas, exigindo a garantia de espaços que tem conquistado por competência, pela sua capacidade e por ser ciente de seu papel na sociedade.

1.3 As mulheres e a legislação

1.3.1 Legislação para a Mulher até a 1ª Constituição Republicana

Nas constituições brasileiras, existe a consagração histórica do princípio da igualdade, porém, nem sempre foi esse o entendimento expresso pelos aplicadores da lei. Tem-se, por exemplo, em 1891, na primeira Constituição Republicana, a declaração de que seriam eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistassem na forma da lei. Para os aplicadores da legislação, o entendimento é que estavam excluídas desta normal, as mulheres.

1.3.2 Legislação brasileira a partir de 1922 – busca pela cidadania

Somente a partir de 1922, viu-se a produção de resultados da luta da mulher brasileira que buscava a cidadania plena. Isso aconteceu quando Bertha Lutz criou a primeira organização de mulheres – a Federação Brasileira para o Progresso Feminino –, cuja principal palavra de ordem era a conquista do direito de voto em igualdade de condições com o homem.³⁹

Mais de dez anos após sua criação, veio a primeira vitória da organização, quando, nas eleições para a Constituinte de 1934, as mulheres conquistaram o reconhecimento do direito de voto e a permissão de comparecerem às urnas como eleitoras e como candidatas.⁴⁰

Um marco importante na legislação, que, apesar de não dizer respeito somente às mulheres, para elas, representou uma grande conquista, veio com a Lei do Divórcio, isso porque a condição do casamento como algo indissolúvel reforçava, principalmente, para a mulher, uma posição à margem se elas fossem separadas.

³⁹ MACIEL, Eliane C. B. de Almeida. *A Igualdade entre os Sexos na Constituição de 1988*. ec0522j5/97. Brasília: Senado Federal, 1997. p. 09.

⁴⁰ MACIEL, 1997, p. 9.

O direito de se casar dos cônjuges, por vontade própria, só se completa verdadeiramente com o direito de se descasar. No entanto, este último foi negado por muito tempo, por influência da Igreja Católica. A luta pelo divórcio foi longa no Brasil. Em 1934, o então Deputado Nelson Carneiro iniciou sua caminhada para derrubar o dispositivo constitucional que estabelecia a indissolubilidade do matrimônio. Foi vencido cerca de uma dezena de vezes, para, em 1977 conseguir sua aprovação com a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977. No mesmo ano foi aprovada a Lei do Divórcio (Lei 6.515/1977), do mesmo autor da Emenda.⁴¹

Foi nos anos 60 que as mulheres partiram rumo às conquistas em todos os campos e a luta por maiores direitos e a legislação também acabou sucumbindo às mudanças que eram vigentes, como por exemplo, a Lei nº 4.121/62, que trazia alteração da posição da mulher casada e, ainda mais adiante, já nos anos 70, a Lei nº 6.515/77 que trouxe a instituição do divórcio e, dessa forma, regularizando a situação jurídica dos descasados.

Destacando uma dessas leis, salienta-se que:

Alguns diplomas legais alteraram substancialmente os direitos da mulher. A exemplo disso, temos a Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962, o Estatuto da Mulher Casada, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada e é considerado um marco decisivo no reconhecimento e no avanço dos direitos da mulher antes da Constituição de 1988.⁴²

Vejamos alguns dos benefícios oriundos deste Estatuto:

- ✓ Passa a ser eliminada a capacidade relativa da mulher, ampliando seu poder familiar, melhorando sua posição na sociedade conjugal, no que diz respeito aos direitos sobre os filhos.
- ✓ Numa maior abrangência desses direitos, vem a conquista da guarda dos filhos menores, não perdendo os direitos do poder familiar, mesmo contraindo um novo matrimônio, podendo, ainda, recorrer à justiça, caso não concordasse com as decisões do marido, em relação aos filhos.

O Estatuto não esqueceu também, a posição da mulher no mercado de trabalho, instituindo o princípio do livre exercício da profissão da mulher, assegurando sua autonomia profissional. Assim, os bens adquiridos oriundos do seu trabalho, independente de qual fosse o regime de bens de seu casamento,

⁴¹ BRASIL. Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente / Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues (Org.), Iáris Cortês (Org.) - Brasília: Letras Livres, 2006, p. 17.

⁴² MATOS, Maureen Lessa; GITAHY, Raquel Rosan Christino. A evolução do direito da mulher. *Revista Científica da Unoeste/Colloquium Humanarum*, São Paulo, v. 4, n. 1, jun. 2007. p. 80.

passavam a ser de sua exclusiva administração. A única autorização do marido era no caso de bens imóveis.

1.3.3 Constituição de 1988 e os direitos alcançados

A década de 80 também foi uma década marcante, principalmente, com a aprovação da Constituição de 1988, que chegou reconhecendo a necessidade de o Estado combater a violência ocorrida no âmbito familiar e também, ao admitir os tratados e convenções assinados como parte do sistema normativo nacional. Tem-se, por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 1984 com reservas, somente sendo retiradas essas reservas em 1994 quando ocorreu a ratificação plena. Abaixo, uma reflexão sobre o que representou essa década, para as mulheres:

A década de 80 pode ser considerada, numa primeira avaliação, como significativa em termos de visibilidade, lutas e conquistas legais para as mulheres. Entretanto, essas conquistas emergiram num cenário complexo e contraditório para a sociedade brasileira. Ou seja, num momento de crise do capital, e, ao mesmo tempo, avanço da globalização da economia do mercado, fortalecida mediante a implantação das Políticas de Ajuste Estrutural nos países do Primeiro e Terceiro Mundo, com forte tendência neoliberal.⁴³

Algo que se tornou emblemático na luta em defesa da vida da mulher, teve seu ponto culminante em 1976, no século passado, quando do assassinato de Ângela Diniz, morta pelo marido, Doca Street, de quem pretendia se separar. A brutalidade do seu assassinato e, em seguida, a libertação do seu assassino fizeram com que as mulheres se organizassem, utilizando como lema “quem ama não mata”.

Na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada pelo Brasil, em 1994, foi formulado um entendimento para o que seria a violência contra a mulher. No texto, inclui-se a violência física, sexual e psicológica, que:

a) tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no

⁴³ BEZERRA, Tereza Cristina Esmeraldo. Mulheres e políticas públicas: uma análise sob a ótica das lutas pela construção da cidadania. *O Público e o Privado* – Universidade Estadual do Ceará – UECE, n. 8 - Julho/Dezembro – 2006. p. 153.

mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;

b) tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e

c) seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.⁴⁴

Existem muitas críticas ao se estabelecer historicamente, uma visão considerada masculinizada no Direito brasileiro, embora, mudanças já venham sendo percebidas. Essas críticas dirigem-se, principalmente, à Lei que criou os Juizados Especiais, Lei 9.099/95, que determinou serem os casos de violência doméstica, crimes menores. A mudança aconteceu com o advento da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, quando então, a lei anterior deixou de ser o meio legal para tratar também, de casos de violência doméstica contra a mulher, já que a Lei Maria da Penha chegou tratando desses casos, de forma específica.

Em fevereiro de 2012, foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que o oferecimento de denúncia na Justiça contra quem agride no ambiente familiar não dependerá mais da vontade da vítima.

Assim, a lei tanto pode ser aplicada em caso de recuo de denúncia da vítima como também, em casos de não denúncia. Para o Ministro do STF, Marcos Aurélio, deixar nas mãos da vítima, a decisão de agir judicialmente contra o agressor, “significa desconsiderar o temor, a pressão psicológica e econômica, as ameaças sofridas, bem como a assimetria de poder decorrente de relações histórico-culturais, tudo a contribuir para a diminuição de sua proteção e a prorrogação da violência.”⁴⁵

Uma legislação que incita discussões de ordem ideológica, marcadas, principalmente, por ideologias religiosas, diz respeito à lei do aborto, sendo legalizado pelo Supremo Tribunal Federal, em abril de 2012, o aborto de fetos anencefálicos.

Porém, mesmo legalizado, as mulheres que decidem fazer um aborto legal podem enfrentar algumas dificuldades, entre elas, as poucas unidades hospitalares

⁴⁴ RIO DE JANEIRO. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. *Violência contra a mulher: um guia de defesa, orientação e apoio*. 3 ed. Rio de Janeiro: CEPIA/CEDIM, 2000, p. 8.

⁴⁵ STF garante punição aos crimes de violência doméstica. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=175340>. Acesso em: 12 abr. 2014.

credenciadas na rede pública para o atendimento ou casos em que os profissionais de saúde podem se negar a fazer o procedimento, a menos que seja um caso de morte da mãe. Contudo, quando a negação acontece o profissional é obrigado a orientar corretamente a paciente e encaminhá-la ao serviço.⁴⁶

Ainda retomando ao princípio da igualdade, essa foi uma preocupação da Constituição Federal de 1988, condenando as distinções entre homens e mulheres, o que se encontra de forma incisiva em seu art. 5º, quando, no inciso I trata da particular igualdade entre o homem e a mulher, já explicitada no inciso IV, do art. 3º, quando determina como objetivo da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos, dentre outros, de sexo. Para reafirmar a regra geral, a Constituição ainda a confirma no caso particular, quando prescreve a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres diante do casamento e dos filhos, no art. 226, § 5º.⁴⁷

⁴⁶ CARVALHO, Jô de; GONÇALVES, Deivid Wilson P.; CARVALHO, Henrique. A legalização do aborto em casos de anencefalia no Brasil. **RIDB**, Ano 2, nº 4. p. 2791-2830, 2013. Disponível em: <http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2013_04_02791_02830.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.

⁴⁷ MACIEL, 1997.

2 AUTONOMIA DAS MULHERES A PARTIR DO TRABALHO

2.1 Mulheres e o trabalho

Entre os acontecimentos que levaram à inserção da mulher na vida profissional, contribuindo para que se iniciasse a sua participação no mercado de trabalho, numa perspectiva mundial, tem-se a I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), período em que os homens iam para as frentes de batalha, ficando as mulheres responsáveis pelos negócios da família, assumindo ainda, a posição dos homens no mercado de trabalho. O final da Guerra trouxe, como resultado, a morte de muitos homens, ou sua mutilação, deixando-os impossibilitado de voltarem ao trabalho, surgindo, então, para a mulher, a obrigação por conta da necessidade de sobrevivência da família, de levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados por seus maridos.⁴⁸

Porém, como isso partiu de uma necessidade, já que era preciso garantir a sobrevivência da família, não implicou, paralelamente, na aceitação dessa condição da mulher, como algo natural, levando-a enfrentar preconceitos e resistências nesse período, cujas barreiras não foram totalmente superadas, mesmo agora, em pleno século XXI.

Partindo para uma realidade mais recente, em relação à situação brasileira, dados do Ministério do Trabalho em Emprego e do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas, divulgados nos primeiros meses de 2013, davam conta que a o contingente feminino no mercado de trabalho vem apresentando um crescimento significativo, nos últimos anos, sendo os setores de administração pública, restaurantes, atendimento hospitalar, comércio varejista, limpezas de prédios e em domicílios, nos quais se verifica maior crescimento.⁴⁹

Porém, é importante enfatizar que dados não tão remotos, na realidade de 2009, mostravam em pesquisa do IBGE/PNAD, que, embora a escolaridade feminina seja maior (em média 9,2 anos de estudo) do que a masculina (8,2 em

⁴⁸ FALCÃO, Juliana. Elas realmente não fogem à luta. Disponível em: <http://carreiras.empregos.com.br/carreira/administracao/comportamento/090301-historico_mulher.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2014.

⁴⁹ ADAMS, Aline Raquel Perboni; VAUCHER, Rodrigo. Evolução da mulher no mercado de trabalho. In: *11º Encontro Científico Cultural Interinstitucional*, Anais, Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel - PR, 2013.

média), o homem tem ocupado bem mais cargos de chefia que as mulheres. A pesquisa traz, então, os seguintes dados:

Não há sequer uma posição da ocupação pesquisada pelo IBGE em que a mulher apareça com remuneração superior à do homem. Até na função de empregador, os ganhos são menores: dos homens é de R\$ 3.161,00, já o das mulheres, R\$ 2.497,00 - 22% a menos. Mesmo no conjunto de trabalhadores domésticos (uma atividade predominantemente feminina) o homem ganha mais. O rendimento médio das trabalhadoras domésticas sem carteira é de R\$ 298,00, enquanto a média dos homens é de R\$ 404,00. As brasileiras vivem mais e têm mais anos de estudos, porém, ganham pouco mais de US\$ 7 mil por ano, em média, segundo o estudo do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (Pnud). Já os homens têm rendimento médio de US\$ 12 mil.⁵⁰

Vê-se, assim, que as pesquisas referidas acima, tratam de um mesmo tema (mulher e mercado de trabalho), porém, sob prismas diferentes. Enquanto em 2013, verificou-se um aumento importante da participação feminina no mercado de trabalho, dados de pesquisa anterior (2009) não tratam do problema em termos de participação quantitativa, mas, do tipo de participação e da questão salarial, mostrando que o homem ainda ocupa mais cargos de chefias e continua tendo uma remuneração superior.

Existem várias teorias para explicar as causas dessa discrepância salarial, entre elas, que há uma diferença de papéis e comportamentos ditos masculinos e femininos; as mulheres têm preferência por carreiras não competitivas ou mais femininas, mesmo recebendo menores remunerações; as mulheres têm menor presença em Universidades em cursos de carreira etc.⁵¹

Observando esses argumentos, percebe-se que eles refletem fortemente a característica machista de uma sociedade que ainda adota comportamentos patriarcais, principalmente, quando na busca de causas, são citados “comportamentos ditos masculinos e femininos”; “carreiras mais femininas” entre outras. São, na realidade, argumentos abstratos que não podem traduzir uma realidade, já que seria uma generalização difícil de comprovar.

⁵⁰ OSWALD, Vivian; RIBEIRO, Fabiana. IBGE: Mulheres ganham menos em todos os tipos de ocupação. *Jornal O Globo*. Caderno de Economia. 10 dez. 2009. p. 07.

⁵¹ SCHEIN, Virginia. Women in management: reflections and projections, *Women InManagement Review*, vol. 22, Iss: 1, p. 06-18, 2007.

Há um comportamento irregular dos salários no que diz respeito ao gênero e, no Brasil. Neste país, este *gap*⁵² entre salários é mais acentuado entre os mais pobres e menor nos indivíduos de renda média, aumentando novamente para os casos de alta renda, o que remete a um relacionamento em forma de “U”⁵³.⁵⁴

Este é um problema mundial e, analisando esta questão, Sheryl Sandberg⁵⁵, americana, diretora de operações do Facebook, numa entrevista sobre paridade salarial, afirma que:

Tradicionalmente, em todas as culturas, trabalhos feitos por mulheres são menos valorizados do que os realizados por homens. Na mesma profissão. E os salários refletem isso. Existe um gap salarial em todos os lugares do mundo. No Brasil, a diferença está entre 13% e 30%. Isso é uma das coisas que as mulheres precisam mudar. Eu sempre digo - e sei que é difícil em diferentes culturas, como no Brasil, onde isso não é comum - que homens têm de fazer mais tarefas domésticas. Se fizerem, valorizarão mais.⁵⁶

A falta de paridade social é apenas um dos entraves nesse processo de evolução da mulher no mercado de trabalho, existindo outras questões, como a ocupação de cargos de liderança. O Brasil elegeu, em 2010, uma mulher para Presidente da República, o cargo maior de chefia em um país cujas estatísticas mostram que a presença de mulheres em cargos de chefia ainda é um desafio para o público feminino.

Pode-se atribuir isso ao estereótipo que se criou, de que o cargo de gestor já pressupõe uma função masculina, o que faz com que se pressuponha que a mulher não apresenta aptidão ou confiabilidade para ocupar um cargo de chefia.⁵⁷

A questão talvez, seja realmente, o estereótipo, levando também com que se atribuam às características masculinas, a tendência de possuírem maiores traços

⁵² Expressão inglesa relacionada à diferencial, muito utilizada na economia brasileira, em estudos que tratam da discriminação salarial.

⁵³ A curva em forma de U é a Curva de Custo Médio Total, apresenta custos médios menores em quantidades intermediárias de produção (Escala Eficiente). Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/LucianoPires/custos-de-producao>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

⁵⁴ GARCIA, Luana Marques; ÑOPO, Hugo & SALARDI, Paola. Gender and Racial Wage Gaps in Brazil 19962006: evidence using a matching comparisons approach. InterAmerican Development bank. *Research Department, Working paper 68*. June, 2009.

⁵⁵ Autora do livro “Faça Acontecer - Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar”.

⁵⁶ NEUSTEIN, Marília. O gap salarial é algo que as mulheres têm de mudar. *Jornal O Estadão*, abril/2013. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-gap-salarial-e-algo-que-as-mulheres-tem-de-mudar-imp-,1023936>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

⁵⁷ BERTHOIN, A. A.; IZRAELI, D. N. A global comparison of women inmanagement: women managers in their homelands and as expatriates. In: FAGENSON, E. (Ed.), *Women in Management: Trends, Issues, and Challenges in Managerial Diversity*, Sage, Newbury Park, CA, pp. 596, 1993.

associados ao sucesso, ou seja, já existiria uma qualificação natural masculina só por conta de ter nascido homem.⁵⁸

Numa análise acerca das dificuldades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, existem seis obstáculos bem presentes em relação à participação da mulher neste setor, que dizem respeito à função gerencial, mas, que podem também, implicar em entraves para a aceitação da mulher no mercado de trabalho, de uma forma geral:⁵⁹

- ✓ Citam, primeiramente, as características inadequadas ao gerenciamento, ou seja, seu caráter sensitivo, intrínseco, flexível e outras características que podem afetar o trabalho, de forma emocional;
- ✓ Outra, estaria relacionada a preocupações familiares e sociais, o que pode, muitas vezes, levar a mulher a retomar seu papel social e matriarcal;
- ✓ As barreiras organizacionais, que seriam dificuldades das organizações, por seu caráter fechado e centralizador;
- ✓ Quando é citada a educação ou experiência limitada, na realidade, os autores fazem referência a uma época em que era comum a mulher não ter nenhuma instrução e viver exclusivamente para cuidar da casa. Realidade diferente, atualmente, já que tanto aumentou o número de mulheres ocupando bancos universitários como, também, várias pesquisas dão conta que elas estão no que se refere à formação acadêmica, mais instruídas do que os homens.

Uma das características citadas, são as preocupações femininas, quando o desenvolvimento da carreira pode ser atrapalhado, por exemplo, por uma gravidez.

E, por último, é citada a resistência à subordinação, quando, exatamente por conta da revolução feminina, cria-se à crença de que as mulheres não atendem à liderança masculina, o que dificulta o seu crescimento, pelo trauma cultural relacionado a esse pensamento. Mitos, estereótipos, preconceitos, estas são as dificuldades que muitas mulheres enfrentam, principalmente, em relação à evolução das carreiras, no trabalho.

⁵⁸ SCHEIN, 2007.

⁵⁹ APARICIO, Ingrid; MELO, Kelli Souza; OLIVEIRA, Priscila Coelho; CALVOSA, Marcello Vinicius Dori. Desenvolvimento de Carreira: O Papel da Mulher nas Organizações. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica%C3%A7%C3%B5es/marcello/14.pdf>> .Acesso em: 28 out. 2014.

Porém, mesmo diante de um cenário que ainda precisa ser melhorado, vê-se que a mulher tem crescido de tal forma em seu papel dentro da sociedade, que se tem, atualmente, o estabelecimento da relação entre sua participação maior no mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico.

A participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho têm gerado grandes benefícios sociais para os países em desenvolvimento, além do fato que esse aumento do contingente feminino ativo teve uma contribuição fundamental durante a última crise, ajudando a 'blindar' as famílias mais vulneráveis com sua renda.⁶⁰

Existe uma correlação clara entre as políticas de desenvolvimento de oportunidades econômicas para mulheres com o sucesso real dessa população em suas economias nacionais. Essa descoberta foi feita através do agrupamento de 128 países em cinco categorias baseadas em suas colocações no índice: Iniciantes; No Caminho Certo; Na Média; Em Desenvolvimento e No Caminho para o Sucesso.⁶¹

Ele ainda prossegue, levantando algumas possibilidades, por exemplo, citando o Egito, coloca se naquele país as taxas de emprego fossem iguais entre homens e mulheres o Produto Interno Bruto - PIB seria 34% maior do que é hoje. É uma constatação de que mulheres que participam do mercado de trabalho exercem um papel fundamental na geração de crescimento econômico. Porém, ressalta que mesmo somando quase 1 bilhão no globo, em muitos países esse grupo crescente de pessoas não tem recebido atenção suficiente para se desenvolver.⁶²

Pesquisas indicam que elas consomem mais que os homens e ainda influenciam a decisão do que eles querem adquirir. Dessa forma são responsáveis por cerca de 80% do total de compras realizadas. A participação feminina na internet atinge 54% e faz com que agencias e anunciantes desenvolvam campanhas especializadas, segundo dados do Target Index Group.⁶³

É difícil imaginar um setor – seja na política, seja no mundo dos negócios – em que as mulheres não tenham uma forte presença. No terceiro setor, as mulheres

⁶⁰ MAZZI, Carolina. Pobreza diminui com aumento das mulheres no mercado de trabalho. *Jornal do Brasil*, Caderno de Economia. 22 out. 2012.

⁶¹ SOUZA, Ivan de. Participação das mulheres no mercado de trabalho é fundamental para o crescimento econômico mundial, revela pesquisa da Booz&Company. *Strategy&FormuleBooz&Company*, 2012.

⁶² SOUZA, 2012.

⁶³ SOUZA, 2012.

têm uma posição de liderança há algum tempo e é fato reconhecido mundialmente que os programas sociais mais bem sucedidos são aqueles que têm como foco e protagonista, a mulher.

2.2 Educação profissional

A compreensão mais ampliada da discussão, perpassa, por uma compreensão dos delineamentos históricos de uma modalidade educacional, a educação profissional, sendo que sua história remete a épocas bem distantes, já estando presente nos moldes da colonização do Brasil.

O período após o processo de iniciação de colonização do Brasil, que começou em 1500, com a chegada dos portugueses, é apontado como o limiar da educação profissional. Mas, como a autora mostra, esta trazia consigo a marca da servidão, considerando os atores sociais dessa educação, ou seja, índios e escravos, tendo como condutores, os jesuítas e a própria finalidade presente nesta ação de “educar”, em que eram ensinados ofícios de tecelão, ferreiro, pedreiro e sapateiro, para que estes pudessem servir aos donos da colônia.⁶⁴

Em sua origem, a educação profissional brasileira utilizava como métodos de aprendizagem a observação e participação nas atividades exercidas. Os mais jovens observavam os mais velhos e repetiam o que eles faziam. As profissões eram repassadas de ‘pai para filho’. “A aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravos quanto para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas para os aprendizes.”⁶⁵

Vindo um pouco mais à frente, em relação às modalidades oferecidas, que, até 1932, após o curso primário, existiam as alternativas do curso rural e do curso profissionalizante com quatro anos de duração, as quais poderiam suceder alternativas de formação exclusiva para o mundo do trabalho.⁶⁶

No contexto nacional dos anos 30, surgia um tipo específico de escola, era a Escola Normal Rural, cuja criação atendia a interesses vigentes de modelos

⁶⁴ GARCIA, S. R. de O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. *Núcleo de Estudos da UFMG*. Belo Horizonte: Unisinos, n. 2, set. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

⁶⁵ CUNHA, L. A. O Ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n° 14, maio/jun./jul./ago, 2000. p. 32.

⁶⁶ KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas: n. 70, Cedes, p. 15-39, abr. 2000. p. 18.

educacionais ao espaço da zona rural, para conter as ondas migratórias do campo para as cidades. A concepção de educação vigente na época estava inserido num contexto de mudança que passava o país, na década de 30.

Esses modelos educacionais traziam embutidos o ensino tradicional em seu caráter mais conservador. Eram escolas destinadas ao gênero feminino, e dentro da formação que recebiam, cuidava-se de sua formação tanto no aspecto social, moral, doméstico, enfim, as alunas aprendiam desde noções cívicas até a forma correta de vestirem-se.

O manifesto dos pioneiros foi o embrião das reformas educacionais colocadas em prática no governo de Getúlio Vargas. Para tanto, tornou-se realidade a criação de escolas profissionalizantes para atender as classes trabalhadoras e as escolas normais rurais para atender as populações rurais com o objetivo de: “educar o homem do campo, no campo, pelo campo e para o campo, tornando-o um fator indispensável ao progresso econômico e social do país” e ainda: “é necessário formar professores que não tenham as vistas permanentemente voltadas para a cidade.”⁶⁷

Essa política educacional que pretende ruralizar o ensino, torna-se prioridade ao governo liberal de Vargas que em pronunciamento em 1933, afirmava que:

Precisávamos voltar ao bom caminho e o rumo era um só: a volta aos campos, como meio de evitar a atração das classes pobres rurais para as cidades. Segundo ele, encontrados os meios capazes de provocar este retorno, estará resolvido um dos problemas da atualidade brasileira. Era preciso educar as populações rurais, povoar, sanear o interior. Surge o lema: “[...] instrução para sanear [...] uma aliança para educadores e sanitaristas.”⁶⁸

Houve, nas décadas de 30 e 40, a tentativa de unificar o ensino profissional e o ensino geral, porém, como se pode encontrar em Bonamino (2000), foi somente a partir do fim do Estado Novo, em 1945, com a entrada da massa no cenário político, que se tornou possível a quebra da estrutura dual. Uma série de leis,

⁶⁷ CASTELO, Plácido Aderaldo. *O ensino rural no Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951. p. 60.

⁶⁸ BOAVENTURA, José de Souza. *Escola Normal Rural de Juazeiro: uma experiência pioneira*. Ed. IPESC, 1944. p. 24.

decretos e portarias foram implementadas de 1950 até a unificação do sistema educacional.

Com a Lei 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabeleceu-se como uma das metas, obrigatoriedade universal da profissionalização. De uma forma teórica, buscou-se adotar uma nova orientação pedagógica inspirada na Teoria do Capital Humano, cuja essência é a ideia de que o indivíduo gasta em si mesmo de formas diversas, não apenas buscando desfrutar o presente, mas procurando rendimentos futuros, pecuniários ou não.⁶⁹

Durante décadas, a educação profissionalizante teve enfoques voltados para a concepção assistencialista e a economicista, além de ser alvo de desvalorização, sendo vítima de preconceito social. Com a promulgação da Lei N.º 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essas concepções eram, pelo menos teoricamente, superadas. De acordo com esta lei, “a Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.”⁷⁰

A oferta desta modalidade de educação tem que considerar as perspectivas dos setores da economia, de seus segmentos em desenvolvimento, dos perfis profissionais demandados e do cenário tecnológico que se constrói.⁷¹

Sintetizando, a partir daí, educação profissional não era somente mais uma modalidade para o ensino médio e sim, que, concluído o ensino médio tudo é educação profissional. Assim, são considerados profissionalizantes, o ensino técnico e tecnológico, os cursos sequenciais, os cursos de graduação. O que os diferem são as competências e qualificações exigidos em cada um desses cursos, além, claro, do currículo e da carga horária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) apresenta a educação profissional como uma modalidade educacional, voltada para o “desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39). Ao tratar especificamente da educação profissional, a LDB indica algumas possibilidades de

⁶⁹ SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez, 2004.

⁷⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

⁷¹ SPEZIA, Domingos Sávio. FILHO, José Parente. A gestão dos centros públicos de educação profissional. Painel: *Modelos de Inovação em Gestões de Instituições de Ensino*. Brasília: UNB, 2000.

organização: integração com as diferentes formas de educação (parágrafo único do art. 39) e “articulação com o ensino regular ou por [meio de] diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (art.40).⁷²

Há, ainda, a explicitação de que as escolas técnicas e profissionais (até então identificadas como aquelas que ofertavam predominantemente cursos de 2º grau de caráter técnico ou profissionalizante), “além de seus cursos regulares”, passarão a ofertar “cursos especiais, abertos à comunidade”, voltados para a educação profissional, sem condicionamento da matrícula aos níveis de escolaridade (art.42). Observa-se que a possibilidade prevista na LDB de que o ensino médio possa preparar os estudantes para “o exercício de profissões técnicas”, garantida a formação geral (parágrafo segundo do art. 36), é mais uma entre as tantas formas de organização da educação profissional previstas na legislação.⁷³

Conforme a LDB e o Decreto nº 2.208/97 preconizam, a educação profissional propiciará às instituições federais maiores oportunidades para que estas se constituam centros de referência com competência para traduzir, as demandas orientadas do mundo do trabalho, da sociedade e dos indivíduos, em oferta de oportunidades de formação de recursos humanos. Para tal, é imprescindível uma mudança na própria cultura institucional, uma vez que estas escolas foram durante longo período, parcialmente desviadas de suas finalidades.⁷⁴

E novas mudanças surgem, como em 1997, com o Decreto 2208/97, do Governo Fernando Henrique Cardoso, que trouxe várias medidas, entre elas, o condicionamento do envio de verbas à adesão do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Tal programa tinha como princípio norteador a eliminação gradativa do ensino médio das escolas da rede federal de educação tecnológica.

Com o decreto 2.208/97, recebido com insatisfação por alguns seguimentos, veio a dualidade do aprofundamento das identificações entre a orientação política do

⁷² BRASIL, 1996.

⁷³ BRASIL, 1996.

⁷⁴ BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, dezembro de 2007.

governo de então e a orientação política dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, que considera que:

[...] embora tenham ampla importância a educação primária e secundária, bem como a educação profissionalizante, estas não devem estar articuladas. Ou seja, os resultados da educação profissionalizante podem ser muito melhores se esta não estiver sendo ministrada nos espaços de educação formal. [...] a educação profissionalizante necessita de um modelo flexível e, em sendo ministrada em instituições que detenham certa autonomia, poderá direcionar suas atividades considerando o movimento econômico.⁷⁵

O ensino técnico passou a ser ministrado em cursos desvinculados, concomitantemente, ao médio ou posterior ao médio, e cursos de concomitância externa. Outras determinações do Decreto 2.208/97, foram: a obrigatoriedade das escolas em adotar o currículo por competências, bem como a obrigatoriedade curricular de organização de saídas intermediárias no caso de cursos organizados por módulos.⁷⁶

No que diz respeito ao termo competência, o seu conceito recebeu diferentes significados, muitas vezes contraditórios e nem sempre suficientemente claros para orientar a prática pedagógica das escolas, como afirma Ferreti (2008), destacando que o pouco envolvimento dos profissionais na aplicação do currículo por competência, tem menos a ver com a recusa teórica ou ideológica da formação por competência, e, muito mais, pela não compreensão do conceito e, por consequência, a dificuldade de operacionalizá-la.

No então governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após uma discussão com a sociedade, foi promulgado o Decreto nº 5154/2004, que devolve às Instituições, a liberdade de escolher o modelo que irá adotar. Com esse Decreto, passaram a vigorar cinco formas de concretização da articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio: integrada, subsequente, concomitante na mesma instituição, concomitante em instituições distintas, e, concomitante em instituições distintas com convênio de intercomplementariedade.

⁷⁵ OLIVEIRA, R. O Banco Mundial e a Educação Profissional. *Boletim Técnico do Senac*. vol. 27, n. 2, 2001, p. 2.

⁷⁶ BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União - Seção 1, p. 7.760, 18 abr. 1997.

Em 2007, o Governo Federal lançou a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, com o objetivo de analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. E, em 29 de dezembro de 2008, foi promulgada a lei ordinária Nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), estabelecendo um novo modelo organizacional, atuando no ensino, pesquisa e extensão nos diferentes níveis de ensino profissional e tecnológico.⁷⁷

2.2.1 A Educação Profissional e o IFCE -IGUATU

O Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica foi criado no município de Iguatu, no Estado do Ceará, pela portaria nº 229 de 23/03/55 do Ministério de Agricultura, em consonância com o art. 52 do Decreto Lei nº 9.613 de 20/08/55. Tratava-se de uma formação destinada às pessoas que desejassem se aperfeiçoar nas artes domésticas, desde que fossem alfabetizadas, e tinha como objetivo melhorar o nível de vida domiciliar, por meio da mulher, principalmente da família de origem rural, para qual o curso era voltado. As alunas aprendiam bordado, pintura, preparação de alimentos, corte e costura, crochê, tricô, práticas agrícolas, administração do lar e noções de higiene, cuidados básicos de saúde. Esse curso era subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, do Ministério da Agricultura.⁷⁸

A criação da Escola Rural Doméstica aconteceu no dia 03 de maio de 1962, através da Portaria nº 264, trazendo como objetivo formar o profissional de nível médio capaz de atuar junto às famílias, especialmente as da zona rural, orientando-as para a melhoria de vida e de trabalho, usando recursos disponíveis na comunidade. Este curso com a adaptação do ensino agrícola à Lei nº 4.024 de 20/12/61 trouxe para o estudante a oportunidade de frequentar um curso profissionalizante que lhe dava o direito de prosseguir no curso superior e entrou em

⁷⁷ BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2008.

⁷⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de outubro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ministério da Agricultura. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. IX, n. 24, RJ, 1946.

funcionamento em março de 1963, passando a funcionar anexa ao Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica.⁷⁹

O Decreto nº 52.634 de 08/10/63 preconizou a mudança da denominação Escola Rural Doméstica para Escola Técnica de Economia Doméstica Rural “Elza Barreto”, em homenagem à esposa do então Deputado Federal Adahil Barreto Cavalcante, defensor da implantação desta Escola em Iguatu.⁸⁰

No ano de 1965 o Ministro da Educação e Cultura estabelece por meio da Portaria nº 174 de 06/07/65 que o 1º e o 2º ciclos do Ensino Técnico Agrícola passem a denominar-se, respectivamente, Ginásio Agrícola e Colegial Agrícola. Seguindo esta determinação a escola passou a ser Colégio de Economia Doméstica Rural ‘Elza Barreto’.

Em março de 1967 foram implantados os seguintes cursos: Ginásio de Economia Doméstica Rural e Ginásio Agrícola, conforme Processo MEC/DEA nº 1.801/67. O Decreto nº 60.731 de 19/05/67 transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, inclusive, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, que passa a denominar-se Diretoria de Ensino Agrícola – DEA, à qual o Colégio fica subordinado.

Em seguida, por meio da Portaria nº 667/68 do Ministério da Educação e Cultura, foi estabelecido que os Colégios subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola não mais fizessem exames de admissão para o ingresso no Curso Ginásio.

O Decreto Nº 72.434, de 09 de junho de 1973, criou a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, a fim de proporcionar assistência técnica e financiar estabelecimentos especializados em ensino agrícola do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Essa denominação foi alterada pelo Decreto nº. 76.436 de outubro de 1975 para COAGRI (Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário). Foram subordinados à mesma os Estabelecimentos de Ensino Agrícola e os Colégios de Economia Doméstica Rural do MEC, na esfera da administração direta.

⁷⁹ FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo - Análise comparativa do desempenho entre os discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará – campus Iguatu. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2011.

⁸⁰ FELIPE, 2011.

Em 1974 foi implantada nessa instituição a Habilitação do Técnico em Economia Rural por círculos crescentes de objetivos, passando a oferecer as seguintes habilitações: Auxiliar de Laboratório Têxtil em Fibras e Tecidos (1ª série), Auxiliar Técnico de Nutrição e Dietética (2ª série) e Ornamentista de Interiores (3ª série).

Em 1978, por meio da Portaria nº 291 de 13/12/78, o Senhor Dr. Oscar Godofredo Lamounier Júnior, Diretor Geral da COAGRI aprova o Regimento Interno do Colégio, alterando, inclusive, a estrutura organizacional do estabelecimento. De acordo com este regimento foram estabelecidos na escola os seguintes objetivos: proporcionar ao educando a formação profissional, por meio da vivência dos problemas reais da Economia Doméstica Rural, dentro da filosofia de 'Aprender a Fazer e Fazer para Aprender'; despertar o interesse do educando pelo setor primário da economia; desenvolver no aluno o espírito cooperativista.

A denominação de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE foi estabelecida pelo Decreto nº 83.935 de 4 de setembro de 1979. A Escola teve declarada a sua regularidade de estudos pela Portaria nº 085 de 07 de Outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no D.O.U., de 10 de Outubro de 1980.

De acordo com a Portaria nº 46 de 24 de Novembro de 1982 da COAGRI (Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário), foi implantada a habilitação de Técnico em Agricultura com ênfase na irrigação, com o objetivo de formar o jovem para atuar nas áreas de produção, como agente de difusão de tecnologias e nas áreas de crédito rural, cooperativismo, agroindústria e extensão, dentre outras.

A portaria nº 170 de 15 de março de 1985 substituiu a habilitação de Técnico em Agricultura por Técnico em Agropecuária. A COAGRI foi extinta em 1986. As Escolas Agrotécnicas foram então vinculadas à Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus – SESG. A instituição foi transformada em Autarquia pela Lei nº 8.713 de 16 de novembro de 1993.

O Decreto nº 99.244 de 10 de maio de 1990 criou a SENETE – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, deixando as Escolas Agrotécnicas ligadas à administração direta.

Em 16 de novembro de 1993 as escolas passaram à condição de autarquia especial, pela Lei nº. 8.731/93, fazendo parte da SEMTEC – Secretaria do Ensino Médio e Tecnológico, hoje SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação.

Em cumprimento ao Decreto 2.208/97, nessa instituição, houve o desdobramento do Curso Técnico em Agropecuária nas seguintes habilitações técnicas: Zootecnia, Agricultura, Agroindústria, Infraestrutura Rural, o que estava em consonância com uma concepção capitalista da agricultura. A mudança propôs, portanto, uma especialização estreita obtida por meio de um conjunto de módulos de forma fragmentada e sem organicidade entre si. O ensino técnico passou a ser ofertado, também, na modalidade subsequente em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, no período de um ano e meio.

No entendimento da comunidade escolar dessa instituição, a extinção da integração entre educação geral e educação profissional comprometeu a qualidade do trabalho realizado. A integração se constituía em um dos fatores responsáveis pela qualidade do ensino tecnológico, pois procurava garantir uma sólida formação geral que se definia como pré-requisito para uma educação profissional de qualidade, oportunizando a construção de uma aprendizagem significativa, não fragmentada, proporcionando ao aluno uma formação ativa e crítica.

Após o Decreto nº 5154/2004 a Escola passou a oferecer os Cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Desenvolvimento Social em concomitância interna e integrado ao Ensino Médio; Cursos Técnicos Subsequentes em Agropecuária, Agroindústria, Desenvolvimento Social, Zootecnia; Educação Profissional de Jovens e Adultos – PROEJA - Habilitação em Agroindústria, em Desenvolvimento Social, em Informática e Curso de Tecnólogo em Irrigação e Drenagem.

Em 29 de dezembro de 2008, foi promulgada a Lei Ordinária Nº 11892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE a partir de então, integrada ao Instituto Federal do Ceará – IF Ceará, passando por um grande processo de mudanças, que congrega em rede várias unidades de ensino no Estado do Ceará. Nesse *campus* foram implantados novos cursos como: Técnico em Informática, Técnico em

Comércio, Técnico em Nutrição e Dietética, uma Licenciatura em Química e o Curso Bacharelado em Serviço Social.

Oferta, também, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores nas áreas de agropecuária, vestuário e têxteis, alimentação e nutrição, panificação e confeitaria, entre outros. Todos em parceria com instituições públicas, privadas e não governamentais, atingindo expressivo contingente de alunos com diferentes níveis de escolaridade.

2.3 Inclusão social: mulheres e funções na sociedade do Século XX

Todo o debate que envolve a importância da igualdade de gênero, defende a pertinência do resgate histórica da relevância da figura feminina, ao mesmo tempo em que enfatiza-se nesta discussão, a necessidade de reconstrução de uma autonomia historicamente usurpada, tendo em vista todo o processo de subordinação feminina já citado neste estudo.

Porém, para além do debate, aparece como preponderante, a necessidade de que se criem meios de redistribuição equitativa do poder que foi acumulado durante um longo tempo pelo processo autoritário da dominação masculina, e que isso aconteça tanto no tocante à esfera social, como no âmbito político e econômico.⁸¹

Além de promover políticas de neutralização das injustiças, é relevante instituir políticas transversais compensatórias, capazes de corrigir os desníveis históricos impostos à condição feminina. Assim, a igualdade de oportunidades e de acesso isonômico aos bens públicos não depende somente da reversão do contexto de subordinação imposto pelo patriarcado, mas também de políticas compensatórias temporárias, capazes de assegurar, durante o período de supressão dos valores sexistas, a equiparação dos contextos sociais desiguais.⁸²

As mudanças que devem ser feitas não podem vir concentradas apenas no combate aos efeitos de uma visão de mundo na qual se valoriza o ponto de vista masculino, é preciso aprofundar-se nas causas que fundamental a cultura sexista ainda vigente, ou seja, é interessante que se pense em meios que neutralizem o conjunto de “todos e cada um dos métodos empregados no seio do patriarcado para

⁸¹ PEREIRA, Eddla K. Gomes. Inclusão da perspectiva de gênero às políticas públicas brasileiras: o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, João Pessoa – PB, 2010.

⁸² PEREIRA, 2010, p. 27.

poder manter em situação de inferioridade, subordinação e exploração o sexo dominado.”⁸³

Essa desconstrução que se sugerem, envolve, portanto, não apenas questões de cunho cultural e político, mas também discussões de ordem ética, pedagógica, institucional e jurídica. Entretanto, destaca-se a plena vigência da revolução pela qual os valores enraizados pela cultura patriarcal hegemônica perdem prevalência ante os direitos humanos. O reconhecimento da injustiça social e humana cometida contra o universo feminino é o ponto de partida, dentre tantos outros, no sentido da valorização da mulher como um sujeito autônomo e livre para realizar seus anseios.⁸⁴

Porque as mulheres têm sido privadas, ao longo dos séculos, do exercício pleno de direitos humanos e submetidas a abusos e violências, tanto em situações de guerra como no espaço da vida familiar e doméstica, seu papel tem sido de grande relevância na ampliação do alcance dos direitos humanos. Questões que sempre fizeram parte da sua agenda, como a violência doméstica, os direitos sexuais e reprodutivos, direitos sociais específicos da mulher, como o de herdar e ser proprietária, muito restringido em países islâmicos, a violação de sua integridade física, entre outros, vêm sendo colocadas por estes movimentos nas pautas de discussões das Nações Unidas.⁸⁵

As mulheres têm lutado por seus direitos no âmbito do trabalho, da família, da garantia de seus direitos sociais, têm defendido o direito à titularidade da terra, participação política, educação não sexista. A agenda feminista, transversalizada por raça e etnia, é repleta de complexidade e os objetivos de sua ação política encontram variados níveis de dificuldade para tecer alianças estratégicas com outros setores e mesmo no interior do movimento de mulheres.⁸⁶

Desse conjunto de ações, duas agendas se distinguem na trajetória da luta pelos direitos humanos das mulheres: a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, e o enfrentamento da violência. Essas agendas são constitutivas da própria identidade feminista no sentido de afirmação de princípios e de criação de solidariedade política. encontram graus variados de dificuldade para tecer alianças estratégicas.⁸⁷

⁸³ SAU, V. *Diccionario ideológico feminista*. Barcelona: Icaria, 1989. p. 257.

⁸⁴ PEREIRA, 2010.

⁸⁵ BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 32.

⁸⁶ BARSTED; PITANGUY, 2011.

⁸⁷ BARSTED; PITANGUY, 2011, p. 39.

Verificando a realidade brasileira, observa-se que o Estado deve intervir para regular os problemas sociais, de forma a garantir aos cidadãos os direitos conferidos pela ordem jurídica vigente, sob pena de gerar uma total ineficácia desses direitos. Desta forma, surge a necessidade de se pensar em políticas públicas que consolidem as previsões legais inseridas na Constituição Federal. As políticas públicas são instrumentos de atuação do Estado tendo como finalidade, a melhoria das condições de vida dos cidadãos, devendo estar pautadas para minimizar as tensões sociais e promover a igualdade.⁸⁸

Em se tratando de direitos das mulheres, são imprescindíveis ações para gerar isonomia, ou seja, "que busque realizar a igualização das condições desiguais"⁸⁹, sob pena de jamais se concretizarem as aspirações por igualdade e a real participação das mulheres na sociedade brasileira.

Nesse sentido, as políticas públicas que visem à inclusão social devem ser utilizadas como estratégia do Estado, criando possibilidades, a fim de que se obtenha na sociedade brasileira uma efetiva cidadania. Nessa esteira, inseridas nessas políticas públicas, surgem as ações afirmativas, como são chamadas nos Estados Unidos, ou discriminação positiva como são denominadas na Europa, que são "mecanismos de integração social" adotadas em muitos países, sob diversas denominações.⁹⁰

O tema que não se faz muito presente no Direito brasileiro, tem sido amplamente discutido, atualmente, principalmente após o início da adoção de cotas ou reserva de vagas para negros e egressos da rede pública de ensino em universidades. Tratam-se de medidas afirmativas, porém, que não se restringem apenas a essas situações, contemplando, ainda diversos grupos minoritários que podem ser por elas beneficiados, inclusive as mulheres, e são diversas as formas e os critérios de utilização desse mecanismo de inclusão social.⁹¹

Como solução possível para dirimir as seculares desigualdades entre os gêneros, parece que existem duas possibilidades no Brasil: a primeira é insistir que a única saída continua sendo a educação, no sentido da modificação da mentalidade, da formação política e da organização pela base; a segunda possibilidade, apontada como sendo uma ideia nova e

⁸⁸ LEAL, Rogério Gesta; REIS, Jorge Renato. (Orgs.). *Direitos sociais e políticas públicas desafios contemporâneo*. Tomo 5. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 1262.

⁸⁹ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 217.

⁹⁰ MONTEIRO, Christiane Schorr. *As conquistas e os paradoxos na trajetória das mulheres na luta por reconhecimento*. Dissertação (Mestrado) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Pós-Graduação em Direito, Santo Ângelo, 2008.

⁹¹ MONTEIRO, 2008.

ainda incipiente no Brasil, mas presente há muito em outros países, é a adoção de políticas compensatórias, que promovam os grupos minoritários, garantindo o acesso desses grupos à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à habitação popular, etc.⁹²

As medidas afirmativas aparecem como importantes instrumentos na luta pela mitigação das desigualdades e na promoção dos direitos das mulheres, especialmente o acesso a iguais oportunidades. Porém, no que se relaciona às medidas afirmativas que visam incluir a mulher no mercado de trabalho e na política ainda pairam inquietantes paradoxos.⁹³

⁹² BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *Minorias: lutas populares e direitos humanos*. 2003. p. 3. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/vitoriapr.html>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

⁹³ MONTEIRO, 2008.

3 PROGRAMAS MULHERES MIL: PROVEDOR DE INCLUSÃO SOCIAL

3.1 Políticas Públicas para as mulheres

Como foi observado nesta trajetória teórica, houve, no decorrer da história, considerando desde o Brasil Colônia, transformações impulsionadoras para que surgissem os movimentos de emancipação, mais intensificados a partir de meados da década de 60. Há também, um processo gradativo de progresso socioeconômico, tornando-se mais moderno, aliado, ainda, ao movimento feminista, tudo isso de modo a promover uma reestruturação das formas de pensar e agir, cultural e mentalmente, havendo, no movimento emancipatório feminino, uma forte mobilidade social.

As políticas públicas para esse setor da sociedade tomam consistência diante dos movimentos sociais efervescentes, o feminismo especialmente que se embrenha na política aproveitando-se da redemocratização do Brasil no final da década de 80 subsidiados por um movimento de âmbito mundial, sobretudo do Sistema das Nações Unidas que colaboraram muito para dar visibilidade e sistematizar as demandas do movimento de mulheres.

A partir dos anos 80 começa a aparecer no Brasil, a expressão — políticas públicas para mulheres, resultado de uma série de movimentos que ocorreram no período: (1) a incorporação nas lutas sindicais de temas como a desvalorização e a diferença salarial entre mulheres e homens; a ausência de infraestrutura para a trabalhadora gestante e a violência no local de trabalho; (2) o surgimento do movimento de mulheres de bairros populares, com reivindicação por escolas de qualidade, centros de saúde, água corrente, moradia, legalização de terrenos, enfim temas do cotidiano das mulheres e homens; (3) a incorporação das lutas feministas pelos partidos de esquerda, com o aparato estatal para tratar e implementar as políticas públicas, nas áreas de saúde e violência contra a mulher; (4) a criação das delegacias da mulher, conselhos da mulher e órgãos municipais de atendimento a mulher.⁹⁴

Os anos 90 trazem, como novidade, o fortalecimento de movimentos específicos, como das mulheres negras, sindicalistas, mulheres pobres, lésbicas, católicas progressistas entre outros. Começam a surgir, então, as ações afirmativas.

Ao entrar nos anos 90, os movimentos de mulheres específicos são fortalecidos: mulheres negras, mulheres pobres, sindicalistas, lésbicas, católicas progressistas e outros movimentos colocam suas reivindicações para a sociedade.

⁹⁴ TAIT, Tânia. Políticas Públicas para Mulheres. *Conselho Municipal de Maringá*: 2010. p. 1.

Ações afirmativas, como as cotas de 30% de mulheres nas direções sindicais, partidárias e nas candidaturas aos cargos legislativos, foram medidas que contribuíram para superar a pouca presença das mulheres nos espaços de decisão política. Começa a discussão sobre a responsabilidade do Estado na luta das mulheres. E, no contexto de responsabilidade do Estado, o movimento feminista inicia sua luta pela criação de órgãos municipais de atendimento à mulher.⁹⁵

É fundamental o reconhecimento do Estado de que a mulher sofre discriminação, devendo reconhecer, ainda, seus efeitos e suas vítimas, e que, daí, surjam decisões políticas para enfrentá-la, legitimando formas de combate-la, sendo uma política de Estado, o caminho pertinente. As ações afirmativas, [...] “se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.”⁹⁶

Em uma retrospectiva sintetizada relacionada às duas últimas décadas (1990/2000), no campo das políticas públicas, vê-se que se apresenta um contexto no qual avanços significativos na promoção dos direitos das mulheres marcaram as narrativas em que uma diversidade de produções de significados sobre “políticas de gênero” foram (e estão sendo) construídas, apropriadas e inventadas. Neste contexto, verifica-se que os descritores mais adequados, no âmbito das políticas públicas, se expressam nos organismos ou “estruturas” na área de política de gênero e de ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero (VG).⁹⁷

A Convenção⁹⁸ sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, e o documento elaborado na III Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi, em 1985, Estratégias para o Ano 2000, desencadeou no ano de 2004 no documento denominado O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

⁹⁵ TAIT, 2010.

⁹⁶ GOMES, Joaquim B. Barbosa; SILVA, Fernando D. Lopes. Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva. In: *Seminário Internacional as Minorias e o Direito – 2001: Brasília. As minorias e o direito*. Brasília: Conselho da Justiça Federal; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council, 2003. p. 95-132.

⁹⁷ COSTA, Delaine Martins. Práticas de empreendedorismo feminino: reflexões a partir de experiências multissituadas In: COSTA, Delaine Martins; AZEVEDO, Patrícia; SOUSA, Rosimeire de. *Políticas Públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram*. Rio de Janeiro: IBAM, 2012.

⁹⁸ DECRETO nº. 4.316, de 30 de julho de 2002. Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets/>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

no Brasil dentre outros documentos, decretos e leis e ementas que servirão a este trabalho para análise documental e compreensão dos movimentos advindos do estado que promoveu em certo sentido a participação social efetiva das mulheres.

Nesse cenário nascem as políticas de Educação inclusiva no Brasil já referenciadas no Plano Nacional de Política para mulheres de 2004, tais ações tratam da promoção de políticas de educação para igualdade de gênero visando melhorar e ampliar o atendimento educacional, estando aqui incluso a valorização profissional.

3.2 O Programa Mulheres Mil

O último Censo⁹⁹ realizado no Brasil nos deu um recorte preciso da situação da mulher em nosso país. Elas já são metades dos residentes do território, um número que se reflete no aumento significativo da participação das mulheres enquanto chefes de família houve um salto de 27% para 35% entre os anos de 2001 e 2009, apesar destes números a desigualdade de gênero ainda está presente e especialmente demonstrada na diferença de 73% entre os salários das esposas em relação aos maridos.

Diante desse cenário o Programa Mulheres Mil enquadra-se no Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto Nº. 7.492,2 de julho de 2011, do atual governo federal que visa a diminuição de problemas sociais em comunidades diagnosticadas com baixo índice de desenvolvimento humano, tal política de inclusão objetiva o acesso à educação profissional e posterior entrada no mercado de trabalho além da geração de renda e um aumento da escolaridade. A formulação e execução locais do projeto ficam a cargo dos Institutos Federais e possíveis parceiros, tal projeto se baseia em estudo prévio de uma área específica e demandas econômicas locais.

Em sua proposta inicial, o programa era, na realidade, um projeto cujo objetivo seria a qualificação de mil mulheres no norte-nordeste, regiões escolhidas por seu histórico de exclusão social, principalmente em relação à mulher e o mercado de trabalho. Porém, o projeto superou as expectativas, acontecendo a

⁹⁹ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sinopse do Censo Demográfico 2010: Tabela 1.11, População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

ampliação dos seus resultados em diferentes Estados brasileiro. É quando passa a se tornar, então, uma política pública federal, numa difusão mais abrangente e adotado pelos Institutos Federais, o que fez com que fosse estabelecido como meta, que neste final de 2014, houvesse pelo menos, 100 mil brasileiras beneficiadas através desta política integrante do Brasil Sem Miséria, em 2011.¹⁰⁰

Assim, o Programa Mulheres Mil integra-se ao conjunto de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida das mulheres e suas comunidades, referenciado por três eixos básicos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Foi inicialmente desenvolvido a partir da cooperação entre os Governos do Brasil e do Canadá e da Associação de *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC), dentre outras instituições. O projeto piloto do programa foi implementado em 2007 em alguns Estados das Regiões Norte e Nordeste e hoje está presente em outras localidades do país.¹⁰¹

O Programa Mulheres Mil, criado pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, é uma exemplo das ações afirmativas desenvolvidas dentro dos Institutos Federais que têm como Principais Diretrizes:

- I – Possibilitar o acesso à educação;
- II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas das mulheres;
- III – Promover a inclusão social;
- IV – Defender a igualdade de gênero;
- V – Combater a violência contra as mulheres.¹⁰²

Desta forma, pode-se sintetizar o Programa Mulheres Mil, em relação aos seus objetivos, da seguinte maneira:

Voltado para a educação, cidadania e desenvolvimento sustentável o Programa Mulheres Mil representa nesse segmento uma dimensão inovadora nas ações afirmativas desenvolvidas na educação profissional,

¹⁰⁰ SILVA, Tassia Mendes. O Mulheres Mil como Política Pública e sua implementação pelo IFMA. *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís – MA, 20 a 23 de agosto de 2013.

¹⁰¹ SILVA, 2013.

¹⁰² BRASIL. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. *Dispõe sobre o Mulheres Mil*. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2014.

claramente descritas nas diretrizes, porque procura desenvolver um trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade social.¹⁰³

É um programa que apresenta desafios a serem superados, principalmente, considerado seu público-alvo, quando, geralmente, questões de vulnerabilidades várias fazem-se presentes, o que torna ainda mais instigante a inserção desse programa que é parte de uma política de inclusão e emancipação, trazendo para mulheres cuja lacuna nos estudos acabou ocorrendo por outras prioridades ou necessidades, o seu fortalecimento como ator social de um processo de desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

3.3 Programas Mulheres Mil: Experiência do IFCE – Iguatu

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui as diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia lança um desafio que é repensar a educação atrelada ao mundo do trabalho numa perspectiva de justiça social, voltada a uma educação inclusiva.

Quando pensamos uma educação que adote ações afirmativas como modelo de acessibilidade a formação profissional e ao mundo do trabalho é interessante que se faça também uma reflexão acerca da história da educação profissional no Brasil, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909; Liceus Profissionais, em 1937; Escolas Industriais e Técnicas, 1942; Escolas Técnicas, em 1959, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), em 1978, que se propunham oferecer uma educação profissional voltada para atender aos interesses do mercado de trabalho, criando mão de obra barata e qualificada, sem contemplar os princípios de equidade educacional, econômica e social.¹⁰⁴

Quando é instituída a Lei 11.892, em 2008, marcando a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tem-se o delineamento da prática voltada para ações afirmativas inserida no âmbito da formação profissional.

Essas ações afirmativas, diferente do que ocorria antes, voltam-se não apenas para o mercado de trabalho, pois, são mais abrangentes, envolvendo toda uma política de inclusão social, que traz como base o compromisso com a estruturação das políticas públicas regionais. Desta forma, torna mais sólida a

¹⁰³ ALVES, Sandra C. Santos et al. *Perspectivas e Desafios: O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. VII CONNEPI, Palmas-To, 2012.* p. 3.

¹⁰⁴ ALVES et al; 2012, p. 2.

articulação com as áreas produtivas, sociais e culturais, acompanhando o que preconiza o item 7 das considerações do Termo de Metas e Compromissos celebrado entre o MEC –Ministério da Educação - e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou seja:¹⁰⁵

[...] atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades e representações locais e regionais, significado maior da articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais¹⁰⁶

Para o alcance do objetivo do estudo, ou seja, avaliar o programa Mulheres Mil, enquanto Política Pública desenvolvida no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) Campus Iguatu, traz-se, então, os resultados do questionário socioeconômico realizado com a primeira turma do curso de Panificação, do referido Programa, naquele instituto, que são mulheres residentes no Bairro João Paulo II, um dos bairros de Iguatu, com figura entre as localidades de vulnerabilidade social.

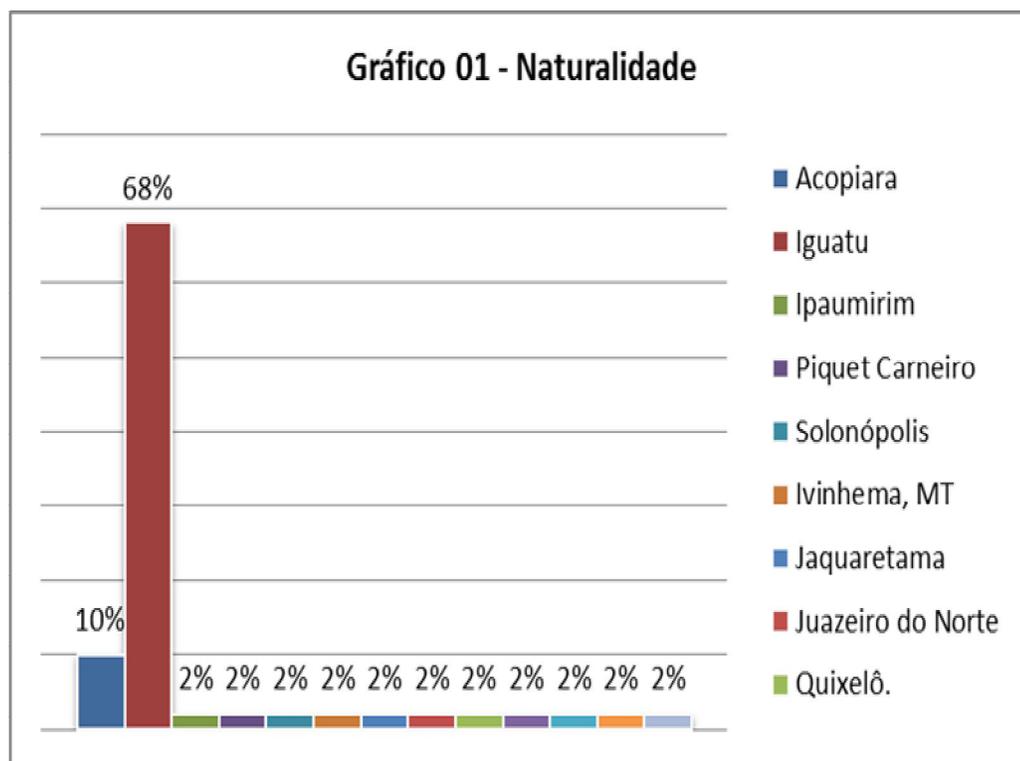
O diagnóstico da área foi realizado através de aplicação de um questionário socioeconômico por alunos da disciplina de Estudos de Comunidades do curso de Desenvolvimento Social do IFCE - *campus* Iguatu, os resultados apresentaram principalmente a não formação profissional ou uma profissão indefinida da comunidade, tal panorama dificulta a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, contribui para tanto a baixa escolaridade. Outra observação foi um número significativo de mulheres na faixa etária de 21 a 50 anos, diante de tal amostragem delimitou-se o foco das ações do Programa Mulheres Mil.

Primeiramente, tem-se o resultado relacionado à naturalidade dos participantes, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

¹⁰⁵ ALVES et al; 2012, p. 2.

¹⁰⁶ MEC. SETEC. Termo de Metas e Compromissos. Brasília, 2008. p. 1.

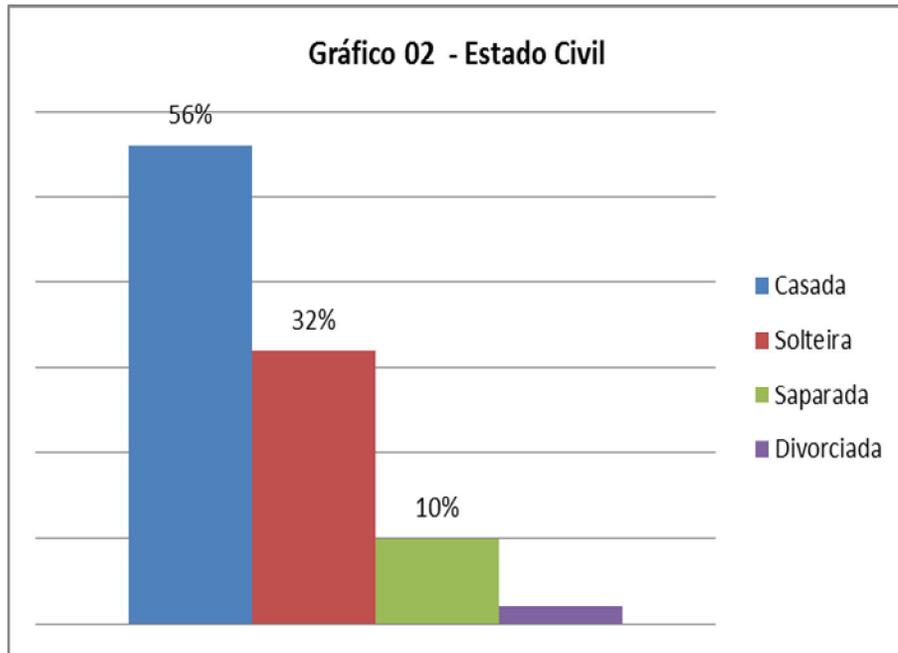
Gráfico 1 – Naturalidade



Observa-se um número expressivo de participantes naturais do município de Iguatu e, também, Acopiara. Mas, a pesquisa mostrou ainda que a naturalização se estende a mulheres de cidades próximas e, também, de outros Estados, o que pode ser atribuído ao fato da cidade ser o polo econômico da região Centro-Sul e haver, ainda, essa grande variedade de cidades, também, porque o Bairro João Paulo II é um dos mais populosos da cidade, havendo, ali, uma grande concentração de famílias.

Dentre as mulheres inscritas no programa a maioria é casada havendo, também, um grande número de mulheres solteiras, conforme se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Estado Civil



Em relação a esses números, pode acontecer a denominação “solteira” entre algumas mulheres, mesmo estando algumas vivendo em situação de união estável, porque uma questão cultural, que aponta para a valorização do casamento, só legitimado mediante o “papal passado” ou em cerimônia religiosa, que são formas de “regularizar” a situação efetiva.¹⁰⁷

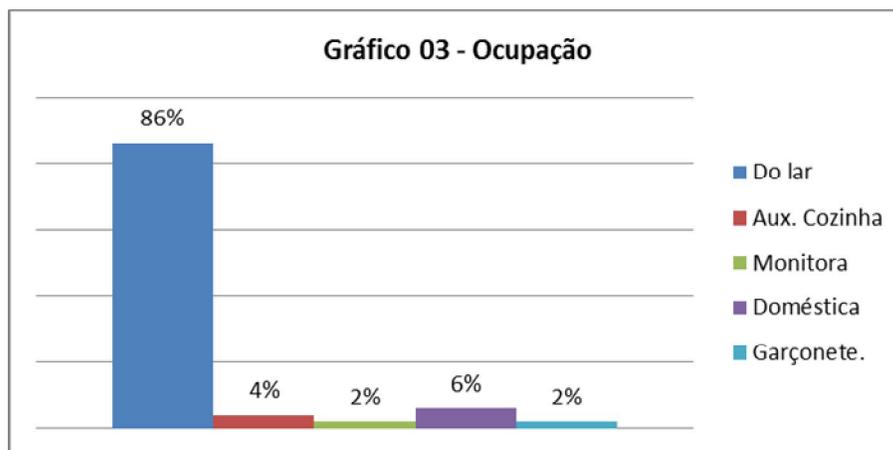
Há, também, entre elas, o caso de mulheres que são totalmente responsáveis pelo guarda e educação dos filhos, sem terem constituído casamento ou relação estável. São dados que corroboram estatísticas nas quais se vê que entre as décadas de 90 e os primeiros anos de 2000, havia, no Brasil, 58,8% de mães solteiras. Atualmente (2014), dados mostram que de cada três brasileiras, uma cria seus filhos sozinha.¹⁰⁸

¹⁰⁷ SIQUEIRA, Rosana Rocha; SOARES, Maria José Nascimento. O desafio do consumo sustentável no contexto das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil em Sergipe. *Anais. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo; III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo; I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), set., 2014.

¹⁰⁸ KOWALSKI, Rodolfo Luís. Mãe, solteira, trabalhadora: um perfil de sacrifícios e amor. *Jornal Bem Paraná*, 09 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/324380/mae-solteira-trabalhadora-um-perfil-de-sacrificios-e-amor>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

No que diz respeito à atuação no mercado de trabalho, observa-se um grande número de desempregadas, ou seja, 86% e, apenas 14%, afirmam ter emprego, sendo apontado, abaixo, quais as ocupações citadas pelas participantes.

Gráfico 3 – Ocupação



As mulheres, em sua grande maioria são do lar, ou seja, não tem nenhuma ocupação remunerada, além dos serviços domésticos, o que denota uma economia regional fraca. Esses dados se cruzados com o percentual de alfabetização (Gráfico 04) vê-se caracterizada uma baixa qualificação, sendo esse dado motivador de uma investigação mais precisa, sabendo da importância que o trabalho tem na vida da mulher para a sua autoestima e saúde mental.

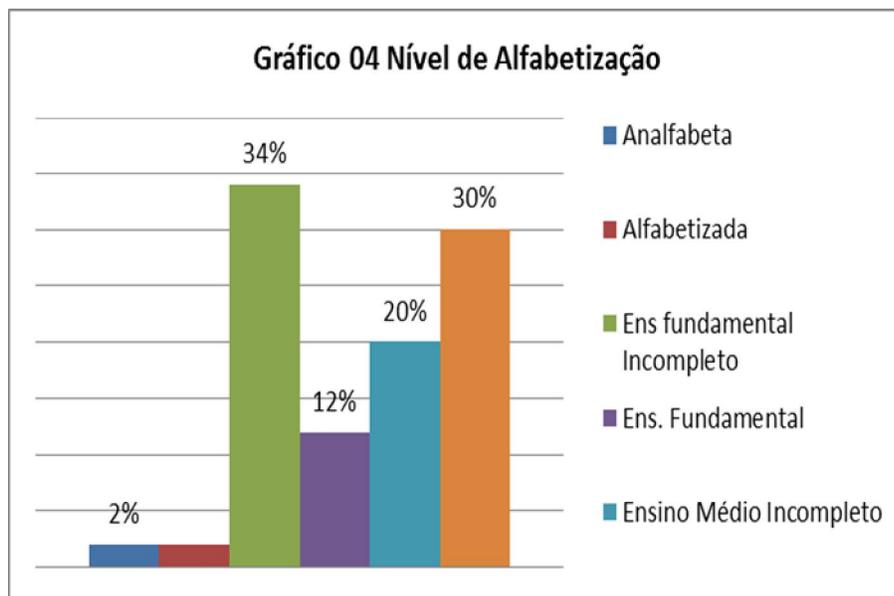
Afirma-se isso, considerando o contexto atual, em que o trabalho ganha uma nova dimensão, não sendo apenas, o trabalhador, considerado como mão de obra, mas, levando-se em conta seus efeitos em relação à saúde psíquica, emocional e física. Desta forma, o trabalho adquire importância na produção da subjetividade o que implica analisar nos efeitos sobre a saúde e, também nos modos de adoecer dos trabalhadores. Deve-se, então, refletir sobre o trabalho e sua influência em todos os aspectos do viver, considerando os aspectos subjetivos do trabalho e a sua centralidade enquanto elemento constituinte do indivíduo e da sua identidade.¹⁰⁹

Embora haja uma associação relativa entre trabalho e nível de escolaridade, considerando que se vive em um país no qual existem milhares de desempregados

¹⁰⁹ TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; TRAESEL, Elisete Soares. Mulher e dor: um estudo na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. *Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 611-624, 2013.*

qualificados, expõe-se abaixo os dados relacionados ao nível de alfabetização das participantes, quando se percebe que a maioria não concluiu o ensino fundamental:

Gráfico 4 – Nível de Alfabetização



Numa compilação desses resultados, sendo a maioria com ensino fundamental incompleto, mas, 30% indicando que completou o ensino médio, vê-se que, entre elas, prevalece o perfil de baixa escolaridade.

Os dados referentes à alfabetização retratam em primeiro lugar uma diversidade do grupo em questão, o que trás implicações para a prática pedagógica que deve ser analisada pelo grupo gestor. Outra observação é que o fato do alto nível de alfabetização formal (34% fundamental incompleto, 12% fundamental, ensino médio incompleto 20%, Ensino médio 30%) não condiz com facilidades no tocante a algumas disciplinas que exigem letramento, o que nos aponta uma alfabetização pouco eficiente. É importante ressaltar tais dados, pois o Programa Mulheres Mil, em sua proposta original traz enquanto guia metodológico: a identificação de conhecimentos e habilidades previamente adquiridas, ou seja, cabe a equipe do programa analisar todo tipo de conhecimento ou habilidade advindo de uma prática cotidiana.

É importante por em prática, os quatro pilares da educação, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, que representam um conjunto de transformações que pode atuar na prática educativa, de forma a

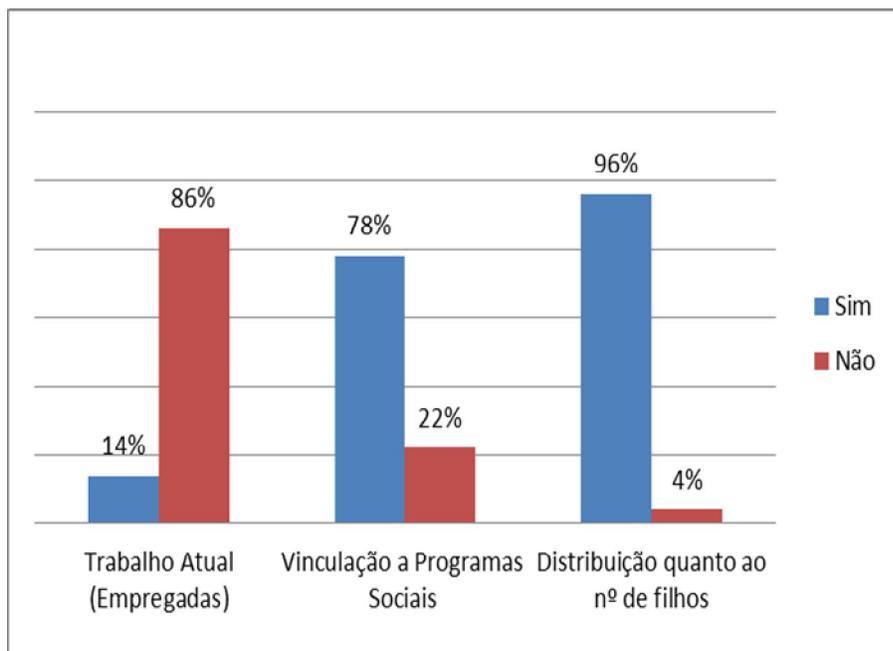
efetivar a aprendizagem significativa defendida por Ausubel¹¹⁰ que ocorre mediante algumas condições, como eliminar qualquer método de ensino que leve o aluno a uma aprendizagem mecânica e sobretudo, que depende da disposição deste aluno para aprender e não meramente recorrer à memorização literal do conteúdo; outra condição é a necessidade que o conteúdo deve ser significativo tanto do ponto de vista lógico como significativo. Neste caso, a lógica diz respeito à natureza do conteúdo e o psicológico, leva em conta a importância empírica que o conteúdo deve ter.

A partir do entendimento de cada pilar pode-se chegar a essa aprendizagem significativa, quando aprender a conhecer diz respeito a construção do conhecimento em si, ou seja, o desenvolvimento de competências que levam a essa construção; o aprender a fazer está relacionado ao uso dos conhecimentos construídos, ou seja, a transformação desses em prática, torna-los funcional, instrumental, para a vida.

O aprender a conviver, relaciona a um tema recorrente na educação atual e na sociedade como um todo, e que se torna fundamental em qualquer sociedade ou nação, principalmente, a brasileira, na qual o convívio com a diversidade faz parte do cotidiano, seja em relação à raça, credo, orientação sexual, necessidades especiais e tantas outras diversidades que devem ser criadores de vínculos entre pessoas, que se unem pela diferença, tornando-se mais enriquecidas. E a formação do indivíduo só acontece de forma plena, quando a educação fomenta esse processo.

As participantes do Curso de Panificação do Programa Mulheres Mil, residentes no Bairro João Paulo II, apresentam-se em situação de algumas vulnerabilidades, muitas em condição de pobreza extrema. Como já mostrado e sendo confirmada por um dos indicadores abaixo, a maioria não trabalha, sendo que os dados revelam, ainda, um grande número que é vinculado a programas sociais, como o Bolsa Família, além de prevalência em relação ao número de filhos, observando que é bem pequeno o percentual de mulheres sem filhos, entre as entrevistadas, conforme a tabela abaixo:

¹¹⁰ PELIZZARI, A. et al. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Rev. PEC, Curitiba*, v. 2, n. 1, p. 37-42, jul. 2001-jul. 2002.

Gráfico 5 – Distribuição quanto a trabalho, programas sociais e número de filhos

O alto percentual de famílias incluídas em programa sociais, como o Bolsa família nos dá um indicio da abrangência do mesmo que tem possibilitado as famílias por meio de transferência de renda acesso a serviços básicos de proteção social. Também traça um perfil do grupo bem específico dada as condições para inserção no programa, ou seja, em sua maioria são famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, como no mundo da economia globalizada e pobreza regionalizada, são perceptíveis entre as famílias pobres maiores ameaças, dentre estas o desemprego, que atualmente atingem as famílias mais pobres.¹¹¹

Os dados abaixo, referentes às egressas do Programa, descrevem a situação delas, após concluírem o curso, conforme se ver abaixo:

¹¹¹ GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (organizadoras). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

Tabela 1 – Situação das Egressas

N°	Quantidade	Atividade que desenvolve
01	02	Cursando o Técnico em Nutrição e Dietética
02	02	Cursando técnico em Comércio
03	04	Concluíram o Curso de Doces e Conservas pelo PRONATEC
04	03	Concluíram o Curso de Garçom pelo PRONATEC
05	08	Concluíram o Curso de Auxiliar de Cozinha pelo PRONATEC/ SENAC
06	03	Concluíram o Curso de Recreadora pelo PRONATEC/ SENAC
07	15	Concluíram o Curso de Informática Básica pelo Centro de Inclusão Digital (CID)
08	01	Montou o próprio negócio

Entre as participantes, há o investimento em novos cursos, algumas ainda em fase de conclusão, outras já concluíram, e apenas uma resolveu investir no empreendedorismo, abrindo o próprio negócio. Não há, entre as egressas, participantes que tenham sido inseridas no mercado formal de trabalho.

Entre os benefícios do Programa para as mulheres encontra-se o *Empoderamento*, processo de autonomia, que busca superar a realidade em que se encontram, devolvendo para elas poder de democracia, dignidade, emancipação individual e principalmente a liberdade de decidir, principalmente no que se refere ao controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, e equidade de gênero.

As alunas encontram no Programa motivação e estímulo para continuarem os estudos e também o desejo de crescimento.

Um das finalidades do programa é despertar nas participantes, o desejo de empreender, estando, então, elencadas, estímulo à economia solidária, às práticas empreendedoras, cooperativistas e associativistas.¹¹²

Relacionado alguns relatos sobre aspectos do Programa Mulheres Mil, a partir da percepção das participantes do Curso de Panificação, pode-se elencar os seguintes depoimentos:

¹¹² CORCETTI et al, 2014.

✓ Avaliação Geral – Numa avaliação na qual as participantes definem o curso entre bom e ótimo, tem-se de uma das participantes, a seguinte opinião: “O tempo foi pouco seria melhor se o tempo fosse maior na prática.”

✓ Apresentação das aulas. A maioria avaliou, também, entre boa e ótima, e uma considerou razoável. Algumas justificativas são expostas abaixo:

“Por me fazer voltar a estudar.”

“As aulas foram bem proveitosas, podemos dizer que se foi aprendido muito em todas elas’ “foram muito bem ministradas por todos os professores.”

“As aulas foram boas só a prática foi pouca.”

✓ Em relação ao impacto do curso em suas vidas, todas afirmam que houve sim e justificam:

“Fazer novas amizades e me sentir mais viva.”

“Com a psicologia podemos aprender um pouco como lidar com a família”.

“Mudou meu ponto de vista para minha vida.”

“Me (sic) estimulou a fazer outros cursos, abriu mais a minha mente em relação ao mundo de hoje.”

“Aprendi muito e despertou em mim a vontade de estudar e também ter uma profissão para ajudar minha família.”

“Aprendi e pretendo aprender mais ainda.”

Pode-se a partir da pesquisa e do conhecimento empírico sobre os resultados, relacionados os seguintes aspectos positivos.

Em relação às perspectivas após a conclusão do curso, os seguintes relatos foram selecionados:

“Ainda não sou profissional mas aprendi o básico, pretendo melhorar cada vez mais.”

“Contribuiu no meu aprendizado para o meu desempenho ser bem melhor e me ajudar a alcançar minhas metas.”

“Ele contribui porque aprendi mais para no futuro eu colocar meu próprio negócio.”

No que diz respeito às sugestões de melhoras, basicamente todas as cursistas sugeriram mudanças no que diz respeito às aulas práticas. Consideraram

que essa parte deixou a desejar, principalmente, em relação ao tempo, podendo ser mais prolongada.

São reclamações pertinentes, principalmente, porque a prática aparece para essas mulheres como um facilitador maior do que a teoria, o que não é algo exclusivo delas ou que possa ser atribuído à baixa escolaridade.

A metodologia de ensino é uma das partes mais complexas envolvidas na dinâmica do processo ensino-aprendizagem, sendo uma questão sempre pertinente e necessária, avaliar a sua adequação ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno e sua formação, colocando o educando como protagonista desta avaliação. Já que ele seria a pessoa mais adequada para responder sobre a funcionalidade da prática educativa em seu desenvolvimento e qualificação para a atuação no mercado profissional, sendo este um dos objetivos do ensino profissionalizante.

A metodologia problematizadora, também denominada metodologia ativa, possibilita a articulação entre o ensino e o serviço, já que permita tanto a leitura quanto a intervenção sólida sobre a realidade, além de apresentar a valorização dos diferentes autores no processo de construção coletiva como os conhecimentos distintos que estes trazem, possibilitando que o processo de pensar aconteça mediado pela liberdade.¹¹³

- ✓ Parceria com a Escola Marista;
- ✓ Articulação com órgãos públicos no município (SEMASI, AMI, CRM, INSS, URCA);
- ✓ Conhecimento anterior da comunidade;
- ✓ Envolvimento, comprometimento da Equipe Multidisciplinar;
- ✓ Mulheres investindo em si mesmas, no aspecto profissional.

E, como aspecto negativo, já citado, é o fato de nenhuma delas ter sido inserida no mercado formal de trabalho.

¹¹³ MITRE, S. M.; BATISTA, R. S.; MENDONÇA, J. M.G. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, 2008.

CONCLUSÃO

Em uma visão geral de todo o processo evolutivo da luta das mulheres por emancipação, percebe-se que se está diante de um processo no qual a realidade aponta para a luta de reafirmação e consolidação de direitos conquistados. Mas, que, na prática, ainda traz quadros díspares, principalmente, quando o olhar se volta para as desigualdades regionais, sendo, portanto, necessário, pensar a adoção de políticas públicas como concretizadora desses anseios, sendo o Programa Mulheres Mil, um dos caminhos viáveis para isso.

É importante deparar-se com um país que parece vir gradativamente abrindo mão de ações paliativas, inserindo políticas que tragam perspectivas para os atores sociais. É o discurso saindo da teoria e transformando-se em prática, ainda com suas mazelas e lacunas, porém, sob uma visão de futuro mais concreta.

Tratar das questões de relações de gênero, dentro de um contexto diferente, no qual há a necessidade de quebra de velhos paradigmas, que já não é mais uma questão estrutural da sociedade, fazendo parte, apenas, de mentes que não evoluíram historicamente e apresentam-se fora de sintonia com o processo natural de evolução da mulher que acontece hoje, é contar uma história diferente. E isso implica em confrontar velhas práticas, tendo absoluta convicção dos avanços gradativos que foram ocorrendo.

Com a pesquisa, percebeu-se que as mulheres participantes do Curso de Panificação, apresentam um perfil comum a milhões de brasileiras, que fazem parte da população mais carente do país. Algumas características comuns desse grupo de mulheres são a baixa escolaridade, a responsabilidade pela gestão do lar e, inclusive, a financeira. A grande maioria das mulheres estão inseridas em programas sociais, como o Bolsa Família e que trazem, ainda, em meio a essa realidade, o desejo de aproveitar as oportunidades que surgem.

Entre essas oportunidades, surge o Programa Mulheres Mil, que possibilita a inclusão produtiva e, em relação a essas oportunidades, como se viu na situação das egressas, algumas estão fazendo curso pelo PRONATEC e a novidade é que agora, o Programa Mulheres Mil, apresenta uma nova formatação, na qual os cursos do PRONATEC são aliados ao programa, numa parceria que fortalece ainda mais, a proposta inclusiva.

De uma forma geral, foi observado que as participantes sentiram-se incentivadas a buscar novos cursos, muitas atribuindo ao Programa, esse incentivo. Acredita-se que a não inserção no mercado formal de trabalho, seja um processo que pode mudar, principalmente, se for levado em conta, que o município de Iguatu, ainda não traz um campo fértil em relação a oportunidades no mercado de trabalho, sendo algo que vem melhorando gradativamente e se espera que, com o tempo, todas essas mulheres seja no livre empreendimento seja na inserção em algum emprego formal, possam está colhendo os frutos oportunizados por essa qualificação.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada. Português. São Paulo: Loyola, 1989.

ADAMS, Aline Raquel Perboni; VAUCHER, Rodrigo. Evolução da mulher no mercado de trabalho. In: *11º Encontro Científico Cultural Interinstitucional, Anais*, Faculdade Assis Gurcacz, Cascavel - PR, 2013.

ALVES, Sandra C. Santos et al. *Perspectivas e Desafios: O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB*. VII CONNEPI, Palmas-To, 2012.

APARICIO, Ingrid; MELO, Kelli Souza; OLIVEIRA, Priscila Coelho; CALVOSA, Marcello Vinicius Dori. *Desenvolvimento de Carreira: O Papel da Mulher nas Organizações*. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica%C3%A7%C3%B5es/marcello/14.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BELLO, José Luiz de Paiva. O poder da religião na educação da mulher. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/mulher02.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *Minorias: lutas populares e direitos humanos*. 2003. p. 3. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/vitoriapr.html>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BERTHOIN, A. A.; IZRAELI, D. N. A global comparison of women inmanagement: women managers in their homelands and as expatriates. In: FAGENSON, E. (Ed.), *Women in Management: Trends, Issues, and Challenges in Managerial Diversity*, Sage, Newbury Park, CA, pp. 596, 1993.

BEZERRA, Tereza Cristina Esmeraldo. Mulheres e políticas públicas: uma análise sob a ótica das lutas pela construção da cidadania. *O Público e o Privado – Universidade Estadual do Ceará – UECE*, n. 8 - Julho/Dezembro – 2006.

BOAVENTURA, José de Souza. *Escola Normal Rural de Juazeiro: uma experiência pioneira*. Ed. IPESC, 1944.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União - Seção 1, p. 7.760, 18 abr. 1997.

_____. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de outubro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ministério da Agricultura. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. IX, n. 24, RJ, 1946.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2008.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

_____. Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente / Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues (Org.), Iáris Cortês (Org.) - Brasília: Letras Livres, 2006.

_____. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. *Dispõe sobre o Mulheres Mil*. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, dezembro de 2007.

CARVALHO, Jô de et al. A legalização do aborto em casos de anencefalia no Brasil. *RIDB*, Ano 2, nº 4. p. 2791-2830, 2013. Disponível em: <http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2013_04_02791_02830.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *O ensino rural no Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951.

CHAGAS, E. P. *Educação Física: reflexo das concepções dominantes sobre o controle do corpo feminino*. Santa Maria: 1991. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano). Universidade Federal de Santa Maria, 1991.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Delaine Martins. Práticas de empreendedorismo feminino: reflexões a partir de experiências multissituadas In: COSTA, Delaine Martins; AZEVEDO, Patrícia; SOUSA, Rosimeire de. *Políticas Públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram*. Rio de Janeiro: IBAM, 2012.

CUNHA, L. A. O Ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 14, maio/jun./jul./ago, 2000.

DECRETO nº. 4.316, de 30 de julho de 2002. Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets/>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

DEL PRIORE, Mary. *A Mulher na História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DIÁRIO do Nordeste. Mais famílias são chefiadas por mulheres. *Caderno de Negócios*. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 12 nov. 2010.

FALCÃO, Juliana. Elas realmente não fogem à luta. Disponível em: <http://carreiras.empregos.com.br/carreira/administracao/comportamento/090301-historico_mulher.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2014.

FELIPE, Márcia Leyla de Freitas Macêdo - Análise comparativa do desempenho entre os discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará – campus Iguatu. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2011.

GARCIA, Luana Marques; ÑOPO, Hugo & SALARDI, Paola. Gender and Racial Wage Gaps in Brazil 19962006: evidence using a matching comparisons approach. InterAmerican Development bank. *Research Department, Working paper 68*. June, 2009.

GARCIA, S. R. de O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. *Núcleo de Estudos da UFMG*. Belo Horizonte: Unisinos, n. 2, set. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

GIMENEZ, Kerlin Cristina Tremarin. *As relações de gênero e a feminização da epidemia de Aids*. Monografia (Especialização) Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo. São Paulo, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. Leila Diniz: uma mulher eternamente à frente de qualquer tempo. *Jornal do Brasil, Caderno Ideias*, 29 nov. 2008.

GOMES, Joaquim B. Barbosa; SILVA, Fernando D. Lopes. Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva. In: *Seminário Internacional as Minorias e o Direito – 2001*: Brasília. As minorias e o direito. Brasília: Conselho da Justiça Federal; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council, 2003.

GROSSI, Miriam P. *Gênero, Violência e Sofrimento*. Antropologia em primeira mão. PPGAS/UFSC. Ilha de Santa Catarina. V. 6, 1-20, 1998.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sinopse do Censo Demográfico 2010: Tabela 1.11, População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

KOWALSKI, Rodolfo Luís. Mãe, solteira, trabalhadora: um perfil de sacrifícios e amor. *Jornal Bem Paraná*, 09 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/324380/mae-solteira-trabalhadora-um-perfil-de-sacrificios-e-amor>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas: n. 70, Cedes, p. 15-39, abr. 2000.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: ArtMed; Belo Horizonte, UFMG, 1999.

LEAL, Rogério Gesta; REIS, Jorge Renato. (Orgs.). *Direitos sociais e políticas públicas desafios contemporâneo*. Tomo 5. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1989.

MACIEL, Eliane C. B. de Almeida. *A Igualdade entre os Sexos na Constituição de 1988*. ec0522j5/97. Brasília: Senado Federal, 1997.

MAFFRE, Jean-Jacques. *A Vida na Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, Maureen Lessa; GITAHY, Raquel Rosan Christino. A evolução do direito da mulher. *Revista Científica da Unoeste/Colloquium Humanarum*, São Paulo, v. 4, n. 1, jun. 2007.

MAZZI, Carolina. Pobreza diminui com aumento das mulheres no mercado de trabalho. *Jornal do Brasil*, Caderno de Economia. 22 out. 2012.

MEC. SETEC. Termo de Metas e Compromissos. Brasília, 2008.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, 2008.

MONTEIRO, Christiane Schorr. As conquistas e os paradoxos na trajetória das mulheres na luta por reconhecimento. Dissertação (Mestrado) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Pós-Graduação em Direito, Santo Ângelo, 2008.

NEUSTEIN, Marília. O gap salarial é algo que as mulheres têm de mudar. *Jornal O Estadão*, abril/2013. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-gap-salarial-e-algo-que-as-mulheres-tem-de-mudar-imp-,1023936>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

OLIVEIRA, R. O Banco Mundial e a Educação Profissional. *Boletim Técnico do Senac*. vol. 27, n. 2, 2001.

OSWALD, Vivian; RIBEIRO, Fabiana. IBGE: Mulheres ganham menos em todos os tipos de ocupação. *Jornal O Globo*. Caderno de Economia. 10 dez. 2009.

PALADINO, Patrícia. *Anos 60: a década da virada - Como as mulheres romperam conceitos e mudaram o rumo da nossa história*. São Paulo: SOARTE, 2009.

PELIZZARI, A. et al. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Rev. PEC, Curitiba*, v. 2, n. 1, p. 37-42, jul. 2001-jul. 2002.

PEREIRA, Eddla K. Gomes. Inclusão da perspectiva de gênero às políticas públicas brasileiras: o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, João Pessoa – PB, 2010.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Ser Mulher no Século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAM, Mariso; OLIVEIRA Suely de. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIO DE JANEIRO. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. *Violência contra a mulher: um guia de defesa, orientação e apoio*. 3 ed. Rio de Janeiro: CEPIA/CEDIM, 2000.

ROCHA *apud* BEDÊ, Judith Aparecida de Souza. *Leitura da literatura: estratégias em prática*. Maringá: BMF, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, v.17, n. 53, maio. 1985.

SARTI, Cynthia A. Emancipação e solidariedade. *Em Pauta*. n. 148, São Paulo: SESC, 2009.

SAU, V. *Diccionario ideológico feminista*. Barcelona: Icaria, 1989.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez, 2004.

SCHALCHER, Maria da Graça Ferreira. Considerações sobre o Tema da Mulher no Pensamento de Aristóteles. In: *Phoênix*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

SCHEIN, Virginia. Women in management: reflections and projections, *Women InManagement Review*, vol. 22, Iss: 1, p. 06-18, 2007.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. *Revista da SBPH, Rio de Janeiro*, 2005.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Sueli de Fátima da. *Mulheres e política: a atuação feminina nos diversos espaços de poder e decisão no Brasil contemporâneo*. Monografia (Pós-Graduação) Gestão de Políticas Públicas. Universidade Federal de Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete-MG, 2012.

SILVA, Tássia Mendes. O Mulheres Mil como Política Pública e sua implementação pelo IFMA. *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís – MA, 20 a 23 de agosto de 2013.

SIQUEIRA, Rosana Rocha; SOARES, Maria José Nascimento. O desafio do consumo sustentável no contexto das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil em Sergipe. *Anais. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo; III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo; I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), set., 2014.

SOUZA, Daryane Ariel; KAZMIERCZAK, Marília; COUTO, Rafaella. *Mulher e sociedade: Como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade?* Colégio Mãe de Deus – *Revista Eletrônica*, v. 3, set/2012, p. 04. Disponível em: <http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v32012/artigos/A6_Mulher_Sociedade.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SOUZA, Ivan de. Participação das mulheres no mercado de trabalho é fundamental para o crescimento econômico mundial, revela pesquisa da Booz&Company. *Strategy & Formule Booz&Company*, 2012.

SPEZIA, Domingos Sávio. FILHO, José Parente. A gestão dos centros públicos de educação profissional. Painel: *Modelos de Inovação em Gestões de Instituições de Ensino*. Brasília: UNB, 2000.

STF garante punição aos crimes de violência doméstica. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=175340>. Acesso em: 12 abr. 2014.

TAIT, Tânia. Políticas Públicas para Mulheres. *Conselho Municipal de Maringá*: 2010.

TOLDY, Teresa Martinho. As Mulheres na Igreja Católica - Luzes e sombras ao longo da história. *Revista Teológica*, II série, Vol. XXXII, Fasc. 2, Braga, p. 227, 1997.

TOURAINÉ, Alan. *O mundo das mulheres*. Tradução Francisco Moras. Petrópolis: Vozes, 2007.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; TRAESEL, Elisete Soares. Mulher e dor: um estudo na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 611-624, 2013.

VITIELLO, N.; JUNIOR, O.M.R. *As bases anatômicas e funcionais do exercício da sexualidade*. São Paulo: Iglu, 1997.

ANEXO I

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CEARA Campus Iguatu</p>  <p>MULHERES MIL</p> <p>Educação. Cidadania e Desenvolvimento Sustentável</p>	<p>IFCE CAMPUS IGUATU</p> <p>PROGRAMA MULHERES MIL</p>
<p>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGEM E DADOS</p> <p>Eu, _____, estudante do Curso Básico de Panificação, portadora do Documento de Identificação N°. _____, autorizo a gestão do Programa Mulheres Mil do <i>campus</i> Iguatu a fazer uso da minha imagem e de meus dados na divulgação das ações, de estudos e de pesquisas realizadas no âmbito do programa.</p> <p>Iguatu-CE, 05 de Fevereiro de 2013</p> <p>_____</p> <p>Assinatura da Mulher</p>	

ANEXO II

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CEARA Campus Iguatu</p>  <p>MULHERES MIL</p> <p>Educação. Cidadania e Desenvolvimento Sustentável</p>	<p>IFCE CAMPUS IGUATU</p> <p>PROGRAMA MULHERES MIL</p>
<p>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGEM E DADOS</p> <p>Eu, _____, estudante do Curso Básico de Panificação portadora do Documento de Identificação N°. _____, autorizo a gestão do Programa Mulheres Mil do <i>campus</i> Iguatu a fazer uso da minha imagem e de meus dados na divulgação das ações, de estudos e de pesquisas realizadas no âmbito do programa.</p> <p>Iguatu-CE, 05 de Fevereiro de 2014</p> <p>_____</p> <p>Assinatura da Mulher</p>	

ANEXO III

	 Ministério da Educação Secretaria de Educação Tecnológica Instituto Federal do Ceará Gestão Institucional do Programa Mulheres Mil	
PROGRAMA MULHERES MIL DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA ALUNA		
CAMPUS:		DATA:
CURSO:		TURMA:
I - DADOS PESSOAIS E FAMILIARES		
1. Nome		
2. Filiação	Nome do Pai:	
	Nome da Mãe:	
3. Qual a distância entre a sua residência e o Campus?	Localiza-se na mesma cidade do Campus () Até 50 km () 51 a 100 km () Mais de 100 km. ()	
4. Região que você nasceu	Norte () Nordeste () Centro Oeste () Sudeste () Sul ()	
5. Procedência	Zona Urbana () Zona Rural ()	
6. Faixa Etária	Entre 15 e 19 () Entre 20 a 24 () Entre 25 a 29 () Entre 30 a 34 () Entre 35 a 39 () Entre 40 a 44 () Entre 45 a 49 () Entre 50 a 54 () Entre 55 a 59 () Entre 60 a 64 () Acima de 65, especificar: _____	
7. Cor/Etnia	Branca () Parda () Negra () Amarela/Oriental () Indígena ()	
8. Orientação Sexual:	() Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Outro: _____	
9. Estado civil	Solteira () Casada () Viúva () União estável () Separada/divorciada/desquitada () Se casada/união estável, quanto tempo? _____	
10. Nº de Filhos	() Nenhum () Um () Dois () Três () Quatro () Cinco () Seis Acima de 6. Especificar: _____	

11. Qual a sua religião?	() Não tenho religião () Católica () Protestante ou Evangélica () Espírita Kardecista () Praticante de religião afro-brasileira: umbanda, candomblé. () Outra. Qual? _____	
12. Possui alguma deficiência?	() Não () Sim, qual: () intelectual () física () auditiva () visual. Especifique: _____	
13. Você tem alguma doença crônica?	() Não () Sim, qual doença? _____ Toma algum medicamento de uso contínuo? () Não () Sim, qual? _____	
14. Você fez ou faz uso de algum tipo de drogas/entorpecentes?	() Não () Sim	Se sim, qual? () álcool () Cigarro () Crack () Maconha () Cocaína () Outros. Especifique: _____ Qual a frequência? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente Outros: _____
15. Alguém em sua casa/domicílio fez ou faz uso de drogas/entorpecentes?	() Não () Sim	Em caso positivo, especifique: Grau de parentesco/vínculo entre o usuário e você: _____ Qual o(s) tipo(s) de drogas/entorpecentes utilizados ? () álcool () Crack () maconha () Cocaína () Outros
16. Você já sofreu algum tipo de violência?	() Não () Sim	Qual? () Física () Sexual () Moral (calúnia, difamação ou injúria a honra ou a reputação) () Psicológica (ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação, à autoestima ou ao desenvolvimento pessoal). () Patrimonial (implica dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores). () Outra . Especifique: _____
17. Em qual local onde sofreu a violência?	() Domicílio/casa () Rua () Trabalho () Instituição, qual? _____ Outros: _____	
18. Quem cometeu a violência?	() Companheiro(a)/namorado(a) () Pai () Mãe () Irmão () Irmã () Outro familiar, qual? _____ () Empregador/Patrão () Empregadora/Patroa () Funcionário/a da instituição () Desconhecido () Outros? _____	
19. Alguém da sua família tenta impedir/proibir a sua participação no Programa Mulheres Mil?	() Não () Sim	Quem é a pessoa? () Pai/Mãe () Companheiro(a) () Namorado(a) () Filho/Filha () Tio/Tia () Outra pessoa. Especifique: _____ Por quê? _____ De que forma? _____

II – DADOS EDUCACIONAIS e PROFISSIONAIS	
20. Qual o seu nível de escolaridade?	() Sem escolaridade/analfabeta () Apenas Alfabetizada: leio e escrevo () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo
21. Você estuda atualmente?	22. Se não, há quanto tempo você está sem estudar? () Há menos de 05 anos () De 06 a 10 anos () De 11 a 18 anos () De 19 a 24 anos () De 25 a 30 anos () Há mais de 30 anos () Nunca frequentei a escola
	() Não () Sim 23. Se você está sem estudar, em que série parou?
	24. Você já fez ou está frequentando algum curso profissionalizante? Não () Sim () Qual(is) e local que cursou? _____
25. Quais os motivos que a levaram a interromper os seus estudos?	() Falta de oportunidade () Necessidade de trabalhar () Dificuldade de acesso à escola () Filhos/as () Incompreensão do esposo/companheiro () Dificuldades de conciliar o horário de trabalho com os estudos () Problemas ligados à saúde ou acidentes comigo ou pessoas da minha família () Mudança de cidade () Não tinha interesse/desisti () Nunca frequentei a escola () Dificuldades/falta de pré-requisitos () Outros: Especifique os outros motivos: _____
26. Quantos anos você tinha quando deixou de frequentar a escola regular?	() Menos de 10 anos () Entre 10 e 14 anos () Entre 15 e 18 anos () Entre 19 e 24 anos () Entre 25 e 30 anos () Mais de 30 anos () Nunca frequentei a escola
27. Por que escolheu esse curso?	() Era o curso que eu desejava fazer () Preparar-me para o mercado de trabalho () Proporciona bom salário () Já trabalho na área () Não há outra instituição oferecendo () Pelo horário () Ser gratuito () Ter uma profissão () Influência de parentes/amigos () Único curso ofertado () Outros motivos: _____
28. O que ou quem ajudou você a tomar essa decisão de ingressar no Programa Mulheres Mil?	() A credibilidade do Instituto/Campus () Meus/minhas amigos/as () Informações gerais, revistas, jornais, TV () Facilidade de obter emprego () Lideranças da minha comunidade () Estímulo financeiro () Receber uma qualificação profissional () Convite e informações dos gestores locais do Campus () Outras razões. Especificar: _____
29. Qual é a principal decisão que você vai tomar quando obter a certificação do Programa Mulheres Mil?	() Continuar meus estudos () Procurar um emprego () Prestar vestibular e continuar a trabalhar () Fazer mais curso(s) profissionalizante(s) e me preparar melhor para o trabalho () Trabalhar por conta própria / trabalhar em meu próprio negócio () Criar uma cooperativa/associação com minhas colegas de turma () Ainda não decidi
III – DADOS SOCIOECONÔMICOS	
30. O seu domicílio tem:	() Água encanada () Esgoto () Luz elétrica () Gás encanado () Serviço de coleta de lixo

31. No seu bairro, sua família tem acesso a que tipo de serviços?	<input type="checkbox"/> Unidade Básica de Saúde <input type="checkbox"/> Escolas <input type="checkbox"/> Creches <input type="checkbox"/> CRAS <input type="checkbox"/> Associação de bairro <input type="checkbox"/> Biblioteca pública <input type="checkbox"/> Atividades culturais <input type="checkbox"/> ONGs <input type="checkbox"/> Área de lazer, quais? _____ <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____	
32. Qual é o meio de transporte que você mais utiliza?	<input type="checkbox"/> Carro próprio <input type="checkbox"/> Carro da família <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Taxi/Lotação <input type="checkbox"/> Outros: _____	
33. Marque, ao lado, os itens que você possui em sua casa/domicílio.	<input type="checkbox"/> Aparelho de Som <input type="checkbox"/> Televisão <input type="checkbox"/> DVD <input type="checkbox"/> Geladeira <input type="checkbox"/> Rádio <input type="checkbox"/> Freezer independente <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa <input type="checkbox"/> Micro-ondas <input type="checkbox"/> Computador (micro, laptop ou notebook) <input type="checkbox"/> Acesso à internet <input type="checkbox"/> Impressora <input type="checkbox"/> Telefone fixo <input type="checkbox"/> Telefone celular <input type="checkbox"/> TV por assinatura <input type="checkbox"/> Automóvel <input type="checkbox"/> Motocicleta	
34. Você e/ou sua família quando necessitam de atendimento médico utilizam:	<input type="checkbox"/> Convênio com plano de saúde <input type="checkbox"/> Médico particular <input type="checkbox"/> Rede pública de saúde (SUS) <input type="checkbox"/> Outros. Especifique: _____	
35. Qual sua participação na renda da sua família?	<input type="checkbox"/> Não trabalho e sou sustentado pela família ou por outras pessoas. <input type="checkbox"/> Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas. <input type="checkbox"/> Trabalho, mas sou responsável apenas pelo meu próprio sustento. <input type="checkbox"/> Trabalho, sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento da minha família. <input type="checkbox"/> Trabalho e sou principal responsável pelo sustento da minha família.	
36. Você exerce alguma atividade remunerada?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Em caso positivo, responda: Possui Carteira assinada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Pretende trabalhar enquanto estuda? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
37. Se você trabalha, marque qual é a situação da sua atividade profissional: (pode assinalar mais de uma alternativa)	<input type="checkbox"/> Empregada. Em quem? _____ Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Autônoma (trabalha por conta própria fazendo serviços diversos) Área que atua? _____ Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Dona de negócio próprio. Qual? _____ Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Trabalhadora temporária (trabalha quando é chamada por alguns dias ou meses) Em que área/setor? _____ Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Vive com benefícios do governo. Qual o valor? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Pensionista. Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Empregada doméstica. Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Diarista. Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Ambulante. Área/setor? _____ Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Está desempregada. <input type="checkbox"/> Aposentada. Remuneração? R\$ _____ <input type="checkbox"/> Outra situação: _____	

38. Você possui outras experiências profissionais?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Em caso positivo, quais? _____ _____
39. Qual a sua renda familiar, incluindo a sua? (em salários mínimos/SM.)	<input type="checkbox"/> Nenhuma () Até ¼ do SM (R\$ 169,50) <input type="checkbox"/> De ¼ a ½ SM (De R\$ 169,50 a R\$ 339,00) <input type="checkbox"/> De ½ a 1 SM (De R\$ 339,00 a R\$ 678,00) <input type="checkbox"/> De 1 a 2 SM (De R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00) <input type="checkbox"/> De 2 a 5 SM (De R\$ 1.356,00 a R\$ 3.390,00) <input type="checkbox"/> De 5 a 10 SM (De R\$ 3.390,00 a R\$ 6.780,00) <input type="checkbox"/> Mais de 10 SM (acima de R\$ 6.780,00)	
40. Você receber ajuda de alguém?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Em caso positivo: Tipo de ajuda? () Financeira () Alimentos () Outros. Especificar: _____ De quem? _____ Qual o valor? R\$ _____
41. Quem é a pessoa que mais contribui na renda total da sua família?	<input type="checkbox"/> Você mesma () Cônjuge /companheiro/a () Seus pais <input type="checkbox"/> Seus Filhos/as () Outra pessoa, qual? _____	
42. Qual o material que predomina na construção da sua casa/domicílio?	<input type="checkbox"/> Alvenaria com revestimento () Alvenaria sem revestimento <input type="checkbox"/> Madeira apropriada para construção () Taipa não revestida () Madeira aproveitada () Palha () Outro material. Especifique: _____ _____	
43. Quantos cômodos possui sua residência/moradia?	<input type="checkbox"/> Um () Dois () Três () Quatro () Cinco () Mais de cinco. Quantos? _____	
44. Possui banheiro?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seu banheiro está localizado: () Dentro de casa () Fora de casa () É comunitário
45. Qual o tipo de escoamento sanitária?	<input type="checkbox"/> Rede Pública () Fossa Séptica () Fossa rudimentar <input type="checkbox"/> Céu aberto () Outros. Especifique: _____ _____	
46. Qual é a principal forma de abastecimento de água da sua casa/domicílio?	<input type="checkbox"/> Rede geral de distribuição/água canalizada () Poço ou nascente na propriedade () Poço ou nascente fora da propriedade () Carro-pipa <input type="checkbox"/> Água da chuva armazenada em cisterna <input type="checkbox"/> Água da chuva armazenada de outro modo () Rios, lagos e igarapés <input type="checkbox"/> Outra. Especifique: _____ _____	
47. Qual a origem da energia elétrica utilizada neste domicílio?	<input type="checkbox"/> Rede geral () Outra origem (gerador, placa solar, eólica etc.) <input type="checkbox"/> Não tem energia elétrica () Outra. Especifique: _____ _____	

48. Qual o destino dado ao lixo da sua casa/residência?	<input type="checkbox"/> Coletado diretamente por serviço de limpeza <input type="checkbox"/> Coletado em caçamba/depósito de serviço de limpeza <input type="checkbox"/> É queimado na propriedade <input type="checkbox"/> É enterrado na propriedade <input type="checkbox"/> Jogado em terreno baldio ou logradouro <input type="checkbox"/> Jogado em rio, lago ou mar <input type="checkbox"/> Outro: especifique: _____
--	--

Iguatu/CE, _____ de _____ de _____.

Responsável pela aplicação deste instrumento de diagnóstico

ANEXO IV

Campanha Direito das Mulheres



ANEXO V

Equipe multidisciplinar



ANEXO VI

Mapa da Vida



ANEXO VII

Palestras



ANEXO VIII

Práticas



ANEXO IX

Formatura

